

O atual território do lixo da cidade do Rio de Janeiro e as injustiças sociais do entorno.

Quanto mais cresce em altura, maior é a ameaça de desmoronamento: basta que um vasilhame, um pneu velho, um garrafão de vinho se precipitem do lado de Leônia e uma avalanche de sapatos desemparelhados, calendário de anos decorridos e flores secas afunda a cidade no passado que em vão tentava repelir, misturado com o das cidades limítrofes, finalmente eliminada – um cataclismo irá aplinar a sórdida cadeia montanhosa, cancelar qualquer vestígio da metrópole sempre vestida de novo. Já nas cidades vizinhas, estão prontos os rolos compressores para aplinar o solo, estender-se um novo território, alargar-se, afastar os novos depósitos de lixo. (Calvino, 2003, p.109) [grifo nosso]

Os anos se passaram, legislações foram criadas e a questão ambiental torna-se mundial. Em um novo cenário de preocupação ambiental, a cidade do Rio de Janeiro continua depositando seus resíduos em um aterro controlado localizado em um município periférico. O Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG) não é apenas um vazadouro, ele é o maior vazadouro de resíduos da América Latina conhecido internacionalmente e apropriado diariamente por milhares de pessoas que tem nesse espaço sua única fonte de sustento. E como nas cidades limítrofes de Leônia, o solo já foi aplinado e um novo território do lixo está sendo construído mais uma vez em um município da Baixada Fluminense ainda mais distante das áreas mais valorizadas da metrópole carioca.

Só que a Baixada Fluminense de hoje não é a mesma da década de 1970. Os municípios periféricos apresentam outra configuração espacial, pois com o desenvolvimento do transporte e meios de comunicação esses municípios passaram a ser atrativos para o capital que aí instalou empresas, comércios e, dessa forma, contribuíram para o desenvolvimento econômico de alguns municípios, acirrando as desigualdades existentes.

O uso desses municípios como espaços privilegiados para equipamentos poluidores está relacionado às práticas sociais desiguais que prevalecem em países capitalistas onde a produção do espaço está relacionada aos interesses do capital empresarial e imobiliário. A permanência desses equipamentos tem acentuado a desigualdade espacial nesses municípios como podemos retratar no município de Duque de Caxias.

O objetivo deste capítulo é analisar as complexas relações sociais e econômicas que se desenvolvem no entorno do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG), o atual território do lixo da cidade do Rio de Janeiro e como

esse território consolidou a pobreza em seu entorno e, contraditoriamente, como sua ausência irá aumentar. Essa análise torna-se muito pertinente, pois o encerramento desta pesquisa acontece no momento em que se discute o conflituoso encerramento do AMJG (previsto para abril de 2012) e a polêmica criação do novo território do lixo.

4.1

A nova posição econômica da periferia metropolitana do Rio de Janeiro

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) ocupa uma área de 5.645 quilômetros quadrados e, atualmente, é composta por 20 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. Como podemos ver no mapa abaixo.

Fonte: WWW.mapas_rio.com

Uma característica da metrópole do Rio de Janeiro frente às outras é sua história de crises econômicas e complicados momentos políticos. Desde a década de 1940, a metrópole vem perdendo posição econômica para São Paulo, com perda da capacidade produtiva da indústria e de atratividade para localização de sedes de empresas, privadas e estatais. Além desses problemas econômicos, a região viveu conturbado período político com a transferência da capital federal para Brasília, em 1960, e, posteriormente, a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Apesar desses problemas, Lago (2009, p.3) destaca que a região ainda tem grande importância a nível nacional.

Tal crise, no entanto, não tirou a região metropolitana fluminense da posição, no presente milênio, de segundo pólo de concentração de população e atividades econômicas do país, no que se refere ao volume de atividades, fluxos e oferta de bens e serviços mais raros e avançados, característicos da “nova economia”. A densidade econômica da área é revelada pelo número de agências bancárias (1.104), pelo volume da movimentação financeira e pelo número de sedes de empresas dentre as 500 maiores do país (60).

A formação da atual região metropolitana começa a se delinear ainda em 1858 com a criação da malha ferroviária e se consolida com criação de uma malha rodoviária interligando todos os municípios, esses fatores fizeram com que a região metropolitana fosse a de maior atratividade populacional numa proporção de três moradores para cada quatro do Estado. Nessa região queremos destacar o crescimento populacional dos municípios que compõem a Baixada Fluminense que são Paracambi, Seropédica, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Magé. Guapimirim e que a partir da década de 1930 começa a receber grande número de moradores, a maior parte oriundo de fluxos migratórios. De acordo com Abreu (2006, p.107) o crescimento populacional dessas áreas está intimamente relacionado a quatro fatores:

As obras de saneamento realizadas na década de 1930 pelo DNOS³⁴ (através do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense); a eletrificação da Central do Brasil, a partir de 1935; a instituição da tarifa ferroviária única em todo o Grande Rio (que beneficiou sobretudo os subúrbios mais afastados e os municípios da baixada); e a abertura da Avenida Brasil, em 1946, que aumentou sobremaneira a acessibilidade dos municípios periféricos.

Essas ações resultaram em uma febre imobiliária que levou ao retalhamento de terrenos. Os loteamentos feitos nesse período eram em sua maioria irregulares e não foram acompanhados de obras básicas de

³⁴ Departamento Nacional de Obras e Saneamento realizou obras de saneamento da Baixada Fluminense com o objetivo de utilizar as áreas saneadas para agricultura e outras atividades econômicas.

infraestrutura para atender a população. O resultado foi a criação de inúmeros bairros e distritos que colecionam um série de carências, como a falta de água encanada, de rede coletora de esgoto, de áreas de lazer, de escolas, de hospitais, de serviços regulares de coleta de lixo etc.

Esses municípios foram durante muito tempo classificados como cidades-dormitório, áreas com grande deficiência de infraestrutura básica onde a população trabalhadora morava, mas não trabalhava tendo que percorrer grandes distâncias entre o local de moradia e o trabalho. Esse perfil está mudando, de acordo com a análise de Lago (2007) sobre o censo demográfico de 2000, tendo percentual de trabalhadores que não saem de seu município para trabalhar subido para 63%, enquanto que em 1980 esse percentual era de apenas 48%, essa mudança significa um ganho em acessibilidade para o trabalhador. Houve uma redução da mobilidade casa-trabalho para os trabalhadores que moram na periferia, o que indica que o mercado de trabalho na periferia expandiu e absorveu a mão-de-obra local, essa mudança gera vantagens positivas para o trabalhador com ganhos na acessibilidade. O argumento da autora é que isso esteja ocorrendo por causa do maior dinamismo econômico em sub-centros periféricos com a ampliação do mercado de trabalho local, principalmente nos setores médios, esse dinamismo geraria uma economia formal e informal, de serviços de média e baixa qualificação profissional.

A maior oferta de emprego nas áreas periféricas foi acompanhada de um processo de informalização. Entre as categorias ocupacionais criadas por Lago (2007) para investigar o trabalho na periferia metropolitana, percebe-se um aumento da informalidade entre os profissionais nas categorias superior, média e inferior³⁵ sendo acompanhada do aumento da renda média em cada categoria profissional. Essa situação tem um lado positivo e um lado negativo, como demonstra Lago (2007, p.7):

[...] as evidências indicam que as relações de trabalho, em todas as categorias ocupacionais, tornaram-se menos formais em função da queda do emprego com carteira assinada, apontando para uma maior instabilidade da renda e do trabalho. Essa instabilidade foi “compensada” pelo aumento no volume da renda média mensal, o que possibilita, ao mesmo tempo, uma ampliação do poder de

³⁵ Essas categorias foram criadas pela autora e sintetiza a estrutura sócioespacial para a elaboração de seu trabalho, ela fez a seguinte divisão: categoria dirigentes reúne grandes empregadores e dirigentes dos setores público e privado; a categoria média reúne as ocupações médias na saúde, educação, segurança pública e justiça, os técnicos, as ocupações de escritório e artísticas e os supervisores; a categoria popular é composta de trabalhadores manuais, dos serviços e da indústria (Lago, 2007).

consumo a curto prazo e uma redução na capacidade de endividamento a longo prazo por parte dos trabalhadores. Tais tendências alteram de forma significativa o campo de possibilidades desses trabalhadores se integrarem à cidade: aluguel de casa, longas prestações para a compra do imóvel, taxas de água e luz e passagem de transporte são custos permanentes ou de longo prazo que a instabilidade da renda impede.

O aumento das relações informais de trabalho na RMRJ está relacionado à expansão do pensamento neoliberal em todo o país que lançou projetos de reestruturação da produção e da mão-de-obra inaugurando uma diversidade de novas formas de contratação e de exploração da mão-de-obra em todos os segmentos de trabalhadores. Frente a esse novo momento não podemos argumentar que essa modificação na forma de contratação seja ruim ou boa.

Acompanhando a maior diversificação no mercado de trabalho em toda a RMRJ ocorreu uma maior heterogeneidade espacial entre os municípios e em seu interior. Observaremos mais especificamente as mudanças no perfil social das áreas periféricas³⁶ buscando demonstrar as mudanças na dinâmica econômica local. Houve uma elevação no perfil social dessas áreas que pode ser explicado pela ampliação do mercado de trabalho local, principalmente nos setores mais qualificados. Os municípios que apresentam maior dinamismo econômico e elevação do perfil social são Duque de Caxias, Nova Iguaçu³⁷ e Belford Roxo.

Entre os municípios citados queremos destacar o dinamismo econômico apresentado por Duque de Caxias que possui mais de 800 mil moradores e o segundo maior PIB fluminense. Esse dinamismo econômico está ligado ao setor de transformação, com destaque para a REDUC (Refinaria Duque de Caxias) que gera mais de 1 bilhão por mês, e ao comércio atacadista, com um dos mais vigorosos comércio e atividades de serviços da Baixada Fluminense. O desenvolvimento dos setores econômicos ampliou a capacidade do município de reter mão-de-obra, em 1980 50,7% da população ocupada trabalhava no próprio município em 2000 esse número subiu para 68,5% além de reter mão-de-obra o município emprega trabalhadores de outras áreas periféricas (Lago, 2007). Essas mudanças tende a se acentuar após a conclusão do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro³⁸.

³⁶ Entendidas por nós como as áreas localizadas nos municípios da periferia metropolitana que também fazem parte da Baixada Fluminense.

³⁷ O centro de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu funciona como pólos de comércio e serviços da Baixada Fluminense.

³⁸ É uma obra realizada pelo governo federal que irá interligará cinco rodovias federais e vários pólos industriais de grande porte que estão sendo construídos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Apesar do maior dinamismo econômico o município possui grande heterogeneidade espacial que se revela na composição econômica e social dos bairros. Em um mesmo distrito, o de Duque de Caxias³⁹, convivem bairros bem dotados de infraestrutura, como o Jardim 25 de Agosto conhecido como área nobre, com bairros carentes de serviços básicos como é o caso de Jardim Gramacho que apresenta inúmeros problemas socioambientais decorrentes da falta de políticas públicas e da presença do maior vazadouro de lixo da América Latina. A situação desse bairro, assim como de outros espalhados pela periferia metropolitana, está em consonância com o que Torres (2001, p.50) denominou de “hiperperiferia”:

[...] as periferias metropolitanas hoje seriam ainda mais heterogêneas do que são comumente consideradas, incluindo espaços já bem servidos e inseridos na malha urbana, e outros cuja população está submetida cotidianamente a condições ainda mais perversas do que as evidenciadas nas décadas de 1970 e 1980. A lei das médias esconderia, sob padrões de atendimento muito melhorados, extrema pauperização, péssimas condições sociais e exposição cumulativa a diversos tipos de risco. Tal conjunto de questões nos levaria a levantar a hipótese da existência de uma espécie de hiperperiferia espalhada entre as periferias crescentemente interadas em termos urbanos.

Os avanços conquistados nos municípios periféricos precisam ser relativizados, pois a melhoria em alguns setores foi acompanhada de grande heterogeneidade espacial criando uma paisagem fragmentada nesses municípios. A lógica de produção desigual do espaço e, conseqüentemente, a alocação desigual de equipamentos poluidores nas periferias fez aumentar as desigualdades. Nessa lógica, trataremos especificamente da dinâmica do entorno do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho localizado no bairro de Jardim Gramacho que pertence ao primeiro distrito do município de Duque de Caxias. Não temos como objetivo estudar as condições do bairro a partir da instalação do aterro, e sim a dinâmica que se desenvolveu no seu entorno demonstrando em que medida a sua presença acentuou, ou não, as desigualdades já existentes nessa área.

Desde a instalação do AMJG várias atividades se desenvolveram em seu entorno todas voltadas para atender a comercialização de materiais recicláveis e aos trabalhadores que migraram para o bairro. Nossa preocupação é compreender a importância que esse equipamento tem para a geração de

³⁹ O município de Duque de Caxias está administrativamente dividido em quatro distritos: Duque de Caxias, Imbariê, Campos Elíseos e Xerém.

emprego e renda de inúmeros trabalhadores e as medidas que estão sendo tomadas para sua desativação.

Para compreendermos as relações que se desenvolvem no entorno do AMJG realizamos trabalhos de campo com a colaboração do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho e dos catadores do AMJG, participamos de encontros e reuniões, realizamos entrevistas qualitativas com catadores⁴⁰, moradores e trabalhadores que de alguma forma estão envolvidos com as atividades do aterro. Utilizamos também entrevistas anteriores que foram realizadas por nós para a confecção do trabalho de conclusão do curso de graduação intitulado “ Os circuitos econômicos do entorno do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho: O desumano trabalho de catação de material reciclável como base da “sustentável” cadeia produtiva da reciclagem” que foram realizadas durante o ano de 2005 e 2006. Além desses procedimentos consultamos trabalhos acadêmicos que tiveram o AMJG como objeto de pesquisa, em especial a tese de doutorado da professora e assistente social Valéria Pereira Bastos intitulada: “ Catador: profissão – Um estudo do processo de construção identitária, do catador de lixo ao profissional catador. Jardim Gramacho, 1996 aos dias atuais”. Também foram muito importantes para o desenvolvimento deste capítulo diagnósticos e pesquisas realizadas por algumas empresas ou institutos como o “Diagnóstico Social de Jardim Gramacho” realizado pelo IBASE em 2005, o “Diagnóstico da atividade de Catação” elaborado por Lucia Pinto em 2004 e o “ Diagnóstico Socioeconômico de Jardim Gramacho” realizado pelo IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade) em 2011.

Trabalharemos com os diagnósticos citados tendo a plena noção de que nenhum deles contempla a realidade das relações que se desenvolvem nesse território, mas são fontes de informação importantes para a sua compreensão. As pesquisas desenvolvidas por Pinto (2004) e pelo IBASE (2005) foram realizadas com a participação de alguns moradores e das lideranças e instituições atuantes no bairro e são reconhecidas pelos catadores e pela comunidade. Já a pesquisa desenvolvida pelo IETS (2011) não foi apoiada pelos catadores e instituições atuante no bairro, pois não foi elaborada em conjunto com eles, o instituto só entregou para a comunidade o resultado final sem que eles participassem de todo o processo.

⁴⁰ Devido à dinâmica de trabalho dos catadores as entrevistas funcionaram mais como uma conversa informal realizada nas horas em que eles não estavam trabalhando. As questões focadas estavam relacionadas ao cotidiano de seu trabalho e as expectativas em relação ao encerramento do AMJG.

A pesquisa realizada pelo IETS causou grande polêmica entre os catadores e os moradores do bairro como estávamos fazendo os trabalhos de campo no período em que a pesquisa foi apresentada para a comunidade podemos acompanhar um pouco dessa discussão. A pesquisa foi encomendada pela SEA (Secretaria de Estado do Ambiente) e teve como objetivo:

A elaboração de uma estratégia de desenvolvimento urbano, socioeconômico e ambiental, para o bairro de Jardim Gramacho, que acompanhará o encerramento do Aterro Metropolitano e integrará a remediação urbanística e ambiental dos desdobramentos do funcionamento do aterro nesta área. Esta estratégia será composta por um diagnóstico socioeconômico, ambiental e de infraestrutura, um plano de ações, que utilizará as informações do diagnóstico para obter melhores resultados, e uma proposta de estrutura e governança que garanta a sustentabilidade do plano de ações apresentado. (IETS, 2011, p. 3)

O IETS reuniu informações atuais sobre a infraestrutura do bairro, serviços públicos e a condição socioeconômica dos moradores separando o acesso aos serviços entre os domicílios com catadores e os domicílios sem catadores. A pesquisa teve como foco o grupo mais vulnerável que são os catadores e quando os catadores e moradores tiveram acesso ao seu conteúdo foi bastante contestada em vários pontos. Diante dessa situação fizemos uma análise do documento apresentado pelo IETS, principalmente sobre a metodologia utilizada, e chegamos a algumas conclusões.

O diagnóstico foi estruturado a partir de quatro itens principais: o primeiro é a “ Contextualização do desenvolvimento de Jardim Gramacho e seu Aterro Metropolitano” sendo apresentado um pequeno histórico de desenvolvimento do bairro e do aterro, demonstrando as diferentes fases por qual já passou o aterro e de que forma este contribuiu para uma modificação do bairro. Esse item foi muito elogiado pelos moradores, pois não apresentou nenhuma incoerência.

O segundo item é o “ Levantamento de equipamentos e serviços públicos básicos no Jardim Gramacho” que foi feito a distância, ou seja, os pesquisadores não foram a campo nem conversaram com as lideranças do bairro para obter essas informações. O não envolvimento do IETS em campo, conversando com as lideranças do bairro e dos catadores é uma das críticas ao diagnóstico, pois não se pode traçar uma estratégia para uma comunidade sem conhecer suas necessidades e desejos. Foram utilizadas informações obtidas através do *screening*⁴¹ realizado pela empresa Overview e as bases de dados oficiais do governo federal, estadual e municipal.

⁴¹ Informações detalhadas sobre o procedimento *screening* na p. 82.

Neste item estão incorretas as informações sobre as escolas e os moradores alegam que existem escolas particulares que não entraram no diagnóstico. Sobre o transporte público na região, o trajeto dos ônibus que foi apresentado é muito diferente do real, as linhas de ônibus municipais (COHAB X Hospital Duque de Caxias e Jardim Gramacho X Hospital Duque de Caxias) fazem parada na Avenida principal a Monte Castelo, próximo a entrada do aterro, e o diagnóstico não demonstrou isso apresentando um trajeto diferente. Esse trajeto das linhas de ônibus foi uma reivindicação do fórum junto à empresa responsável, viação Reginas, que modificou os trajetos a mais de quatro anos.

A parte desse segundo item que apresenta as maiores incoerências está relacionada às atividades econômicas do bairro. Os pesquisadores utilizaram como referência uma pesquisa realizada pela OUERJ⁴² em 2007 que apresentou vários pontos industriais, comerciais e de serviços existentes no bairro e a partir destes dados alegaram que a dependência da economia do bairro em relação ao aterro não era tão grande. Só que não foi levado em consideração que parte do comércio e serviços da região tem como fregueses os catadores (moradores e não moradores de Jardim Gramacho) e vários outros trabalhadores que dependem do material reciclável para trabalhar. O encerramento do aterro provocará grande impacto na economia do bairro, pois diminuirá enormemente o número de pessoas circulando e utilizando os serviços e o comércio sendo esse impacto bem maior no entorno do aterro. Ainda sobre a economia do bairro, outro engano do diagnóstico foi sobre os depósitos e galpões que trabalham com material reciclável, foi apresentado um número de 174 depósitos e galpões existentes, e destes somente 12 foram identificados como participantes da cadeia produtiva da reciclagem. Essas informações estão completamente erradas e podemos afirmar isso porque em nossos trabalhos de campo podemos perceber a existência de inúmeros depósitos que trabalham com material reciclável ao longo da rua principal de acesso ao aterro e nas transversais, principalmente as mais próximas. Oficialmente existe mais de 150 depósitos⁴³ que trabalham com material reciclável e extra oficialmente este número é muito maior, pois existem vários depósitos clandestinos e não cadastrados funcionando no bairro.

O terceiro item “Diagnóstico Socioeconômico de Jardim Gramacho” foi o que mais levantou polêmica entre os moradores e catadores e que mais temos

⁴² Observatório Urbano do Estado do Rio de Janeiro realizou uma pesquisa em Jardim Gramacho no ano de 2007 não tivemos acesso a esta pesquisa e todas as informações que temos sobre ela estão disponíveis no diagnóstico do IETS.

⁴³ Informações vinculadas por Pinto (2007)

críticas. De acordo com o IETS (2011, p. 40), o diagnóstico tem como objetivo “fornecer informações atuais acerca da realidade local de Jardim Gramacho para embasar a estratégia de desenvolvimento integrada deste bairro” e para alcançar esse objetivo foi contratada uma empresa de pesquisa, a Overview, que realizou um procedimento chamado *screening*. Este, de acordo com o website da empresa e informações colida com um funcionário⁴⁴, é um levantamento censitário, no qual são listados todos os domicílios e realizadas algumas poucas perguntas⁴⁵ que permitiram mapear de maneira exata a quantidade de domicílios e de habitantes no bairro. Esse foi feito de acordo com as unidades censitárias do IBGE, base de 2000, e com a ajuda do programa Google Earth para reconhecer as áreas que surgiram depois do censo demográfico de 2000. Durante o *screening* os domicílios foram classificados da seguinte maneira:

- Domicilio Ocupado – Domicilio listado, cujos dados foram coletados com informações de moradores ou de terceiros (vizinhos);
- Domicílio fechado - Domicílio ocupado, listado, cujos moradores estavam temporariamente ausentes durante todo o período da coleta. (Neste caso foram feitas três visitas, dois no mesmo dia e um no dia seguinte).
- Domicílio de uso ocasional - Domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes.
- Domicílio vago - Domicílio particular permanente que não tinha morador na data de referência, mesmo que, posteriormente, durante o período da coleta, tivesse sido ocupado. IETS (2011, p.44)

A partir do *screening* foi encontrada a seguinte situação quanto aos domicílios e ao número de moradores:

⁴⁴ Recebemos um telefonema do funcionário Luis Eduardo, no dia 14 de Dezembro de 2011, em resposta a um e-mail que passamos para a empresa pedindo esclarecimento sobre o procedimento chamado *screening*. O funcionário nos esclareceu como esse procedimento foi realizado.

⁴⁵ No bairro de Jardim Gramacho foram feitas as seguintes perguntas: Quantidade de moradores no domicilio? Se existia algum catador na residência?

Tabela 1: Levantamento dos domicílios com o procedimento *screening* adotado pelo IETS (2011).

	Número de domicílios	Número de moradores
1. Domicílio ocupado	4.219	13.613
2. Domicílio fechado	1.166	0
3. Domicílio ocasional	47	58
4. Domicílio vago	422	0
5. Domicílio coletivo	4	4
Total	5.858	13.675

Fonte: IETS (2011, p. 45)

A partir desse levantamento também foi concluído que havia 5017 domicílios sem catadores e 841 domicílios com catadores. A partir de todas as informações levantadas pelo *screening* foi escolhida uma amostra de 1080 domicílios (271 domicílios com catadores e 823 domicílios sem catadores) para serem aplicados os questionários maiores a fim de coletar informações sobre abastecimento de água, número de crianças, coleta de lixo, condições de moradia dentre outras questões. Nessa amostra de 1080 domicílios foram incluídos os domicílios fechados e os domicílios vagos.

No cálculo dos fatores de ponderação da amostra para se fazer a estimativa sobre a população o IETS apontou dois caminhos: primeiro, levar em consideração a população dos domicílios fechados e segundo, não levar em consideração a população dos domicílios fechados. O caminho adotado pelos pesquisadores foi a não inclusão dos moradores de domicílios fechado alegando que

[...] independente da abordagem utilizada para calcular os fatores de ponderação, praticamente todos os indicadores de proporção e média para domicílios, moradores e catadores permanecem inalterados. Também permanecem inalterados os indicadores para totais de domicílios. As diferenças ocorrem quando utilizamos indicadores de totais para as informações referentes a moradores e catadores. (IETS, 2011, p.49)

Esse caminho foi escolhido, mas sabendo que quando não utilizada a estimativa do número de moradores em domicílios fechados, as estimativas calculadas subestimam indicadores de total (IETS, 2011,p.47). É a partir da escolha do IETS em não considerar os domicílios fechados que colocamos

nossos questionamentos e críticas. A não consideração dos domicílios fechados levou a alteração de dados totais significativamente.

Nosso primeiro questionamento é sobre o número total de habitantes, pois se fosse considerada a estimativa do número de moradores em domicílio fechado, o total de 13.675 subiria para 17.777, um acréscimo de cerca de 4.017 pessoas que faz diferença no repasse de melhorias para o bairro, na construção de escolas e postos de saúde. Uma das questões levantadas pelo diagnóstico é o percentual de pobreza no bairro, média que foi formulada pelo número total de pessoas pobres e extremamente pobres⁴⁶ e projetado como ficará esta situação após o encerramento do aterro e a quantia necessária que deveria ser aplicada para modificar essa situação. Como para apresentar essa situação são utilizados valores totais e não percentuais, os valores apresentados não são reais, pois os dados apresentados seriam mais altos e os recursos para solucionar essa questão também. Podemos ver esta situação na tabela produzida pelo IETS.

Tabela 2: Síntese de Indicadores de renda, pobreza e desigualdade apresentados pelos ETS (2011).

Indicadores	Levando em consideração estimativa de moradores em domicílios fechados	Sem levar em consideração estimativa de moradores em domicílios fechados
População	13.706	17.777
Renda domiciliar per capita	372,9	373,0
Porcentagem de pobres	42,4	41,9
Porcentagem de indigentes	15,3	14,9
Número de pobres	5.807	7.449
Número de indigentes	2.101	2.645
Gini	0,44	0,43
Distância média para Linha de Pobreza*	104,5	102,9
Distância média para Linha de Indigência**	62,1	63,1
Recurso anual para eliminar a Pobreza (R\$)	7.282.234,34	9.198.477,74
Recurso anual para eliminar a Indigência (R\$)	1.565.129	2.004.124

Fonte: IETS (2011, p.50)

Precisamos chamar a atenção para um equívoco cometido pelos redatores do diagnóstico. Ao analisar a tabela 2 podemos perceber que os subtítulos estão trocados, pois os resultados apresentados não correspondem

⁴⁶ “Linha de indigência igual a R\$118,10 e linha de pobreza igual a R\$236,20 (em reais (R\$) de outubro de 2010 – IBGE-IPEA-CEPAL)” (IETS, 2011, p.80)

aos títulos indicados. O subtítulo “Sem levar em consideração estimativa de moradores em domicílios fechados” corresponde aos dados apresentados na primeira coluna com um total de população de 13.706 e o subtítulo “Levando em consideração a estimativa de moradores em domicílios fechados” corresponde aos dados apresentados na segunda coluna com um total de população de 17.777.

Analisando a tabela já com a troca dos subtítulos podemos perceber que alguns dados alteram de forma significativa e afetarão diretamente o repasse de investimentos para o bairro. Um dos nossos questionamentos sobre essa situação é que se o objetivo do diagnóstico fosse somente conhecer a situação econômica e social do bairro e, principalmente dos catadores, a não inclusão dos domicílios fechados não faria muita diferença, pois conseguiríamos ter um panorama da situação socioeconômica dos catadores. Só que o objetivo do diagnóstico é traçar uma estratégia de desenvolvimento para o bairro e para os catadores e esta pesquisa servirá como base para o poder público. Como se pode pensar uma reestruturação para o bairro e melhorias para os catadores se o diagnóstico trabalha com um número menor que o real?

Outro problema com esse item do diagnóstico é a abrangência da pesquisa. Os catadores e os moradores não catadores alegam não terem sido entrevistados, na reunião em que o diagnóstico foi apresentado havia cerca de 50 pessoas (entre catadores e não catadores) e somente uma pessoa havia sido entrevistada, fato este que coloca falta de confiança na pesquisa e, conseqüentemente, o seu não reconhecimento. Acreditamos que isso esteja acontecendo por causa do universo da amostra, foram escolhidos 1080 domicílios para serem entrevistados num universo de 5858, ou seja, nesta amostra foram incluídos os domicílios vagos e os domicílios fechados. Calculando o número de domicílios entrevistados pela média de habitantes do bairro que é de 3,7 pessoas e considerando que em todos os domicílios foram encontrados moradores, foram contempladas 3996⁴⁷ pessoas, o que dá 29% da população do bairro, um número muito pequeno de pessoas dentro do total do bairro. E o diagnóstico não esclareceu se durante a aplicação do questionário algum domicílio estava fechado, o que reduziria o total de pessoas entrevistadas.

O quarto item é um “Diagnóstico Ambiental de Jardim Gramacho” que foi todo produzido através de dados secundários. Não foi produzida nenhuma

⁴⁷ Encontramos este número levando em consideração que foram encontrados moradores em todos os domicílios, pois quando foi explicada a metodologia utilizada não foi mencionado se dos 1080 domicílios escolhidos para ser entrevistado algum estava vazio ou sem moradores no momento da aplicação do questionário.

análise da qualidade da água, do ar ou do solo para que se tenha uma leitura mais próxima do real vivido e possa ser feito as interferências necessárias para melhorar a qualidade de vida da população.

Após a apresentação do diagnóstico, o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho entrou em contato com os pesquisadores querendo mais informações sobre como a pesquisa foi realizada, já que nem o Fórum nem nenhuma outra instituição foi consultada, e debater pontos que não condizem com a realidade do bairro. O Fórum entrou em contato com o IETS várias vezes e não obteve respostas.

Devido às críticas aqui apresentadas sobre o diagnóstico realizado pelo IETS (2011) utilizaremos esses dados somente como panorama da condição socioeconômica dos catadores. Sabemos que nenhuma pesquisa contempla a realidade da área pesquisada, muito menos quando é realizado um levantamento onde são adotados critérios que não contemplam toda a população e que se obtêm resultados que são duvidosos em vários pontos. Acreditamos que a pesquisa deveria contemplar um número maior de domicílios e ser realizado com ampla participação da população e das instituições locais que atuam e conhecem as necessidades do bairro, como foi feito na pesquisa do IBASE (2005).

A partir da pesquisa de campo e da análise dos trabalhos citados iremos demonstrar os problemas socioambientais decorrentes da criação desorganizada e irresponsável do aterro naquele espaço, demonstrando a preferência por áreas carentes para receberem equipamentos poluidores em detrimento de áreas mais valorizadas economicamente. Demonstraremos que no entorno do aterro se manifestam todos os problemas em relação ao lixo e a segregação espacial.

4.2

O bairro de Jardim Gramacho: áreas de ocupação recente X áreas de ocupação antiga

O bairro de Jardim Gramacho, onde está localizado o AMJG, teve sua origem junto com o bairro de Gramacho ambos pertencentes ao distrito de Duque de Caxias, que foram separados após a abertura da Rodovia Washington Luiz no início da década de 1930. Atualmente, o bairro se localiza entre a rodovia e os manguezais da Baía de Guanabara. De acordo com o relatório do IBASE (2005) Jardim Gramacho está dividido em localidades de ocupação mais

antiga como a COHAB⁴⁸, Morro do Cruzeiro, o Triângulo e o Morro da Placa e localidades de ocupação mais recente como a Chatuba, a Favela do Esqueleto, o Beco do Saci, a Cidade de Deus, a Avenida Rui Barbosa, o Parque Planetário e a Comunidade da Paz/ Maruim (ver imagem 2).

As localidades de ocupação mais antiga são mais bem servidas de equipamentos urbanos e acesso a serviços públicos. Já as ocupações mais recentes têm condições habitacionais e de infraestrutura muito precárias. Segundo o IBASE e relato dos moradores as áreas de ocupação recente surgiram através da ocupação desordenada de áreas de manguezais incentivada por vereadores locais em período de eleições. A imagem 2 nos mostra como esse bairro está dividido.

Imagem 2: Divisão espacial do bairro de Jardim Gramacho – Áreas de ocupação recente.



Fonte: Google Earth, 2012

Legenda:

- Áreas de ocupação recente.
- Rodovia Washington Luiz (BR-040)

⁴⁸ Tipo de habitação popular construída em todo o Brasil na década de 1970.

O aterro foi instalado sobre um vasto manguezal e após sua construção surgiram as áreas de ocupação recente. Estas se formaram no entorno do aterro através do aterramento do manguezal com lixo e entulho que deveriam ser vazados no aterro. Cerca de 76% dos catadores residem nessas áreas (IETS,2011,p.56). Essa área também foi ocupada por depósitos de material reciclável e por vazadouros de resíduos ambos em condições ilegais (foto 13), esses espaços colocam a vida dos moradores em risco e tornam as condições de moradia dessa população ainda mais precária, pois esses estabelecimentos poluem o solo, as águas subterrâneas, o ar (pois os vazadouros estão constantemente pegando fogo) e contribuem para disseminação de vetores como moscas, ratos e baratas.

Foto 13 - Vazadouros ilegais e depósitos na área de ocupação recente no bairro de Jardim Gramacho, Duque de Caxias, 2011.



Fonte: Gisele Cardoso 26/02/2011

Legenda:

-  Depósitos de material reciclável
-  Vazadouro ilegal

O bairro de Jardim Gramacho possui cerca de 20 mil habitantes⁴⁹ parte dessa população encontra-se fora do mercado formal e muitos trabalham direta ou indiretamente com o material reciclável. De acordo com o IETS (2011, p.86)

⁴⁹ Informação retirada do IBASE (2005), caso o IETS (2011) levasse em consideração os moradores dos domicílios fechados durante o *screening* o total seria de 17.777, portanto, esta é uma informação não precisa.

entre os domicílios sem catadores 35% das pessoas possuem emprego com carteira assinada e mais da metade dos ocupados estão em postos de trabalho informais (52,5%). A atividade de coleta representa 21% das ocupações do bairro o que demonstra como esta atividade é importante para a economia local⁵⁰.

O aterro é importante para a economia do bairro, mas existe uma dinâmica de trabalho e circulação independente do aterro, devido a proximidade com a Rodovia Washington Luiz algumas indústrias se desenvolveram no bairro de acordo com o IBASE (2005, p.14) existem:

Uma média entre 35 e 40 fábricas instaladas no sub-bairro, dentre elas duas metalúrgicas (Pilares Aço e Iguaçu), uma fábrica de parafusos, dois cortumes, uma fábrica de vidro, duas fábricas de motores, quatro serrarias e três marcenarias, uma fábrica de tintas (Texa), uma fábrica de “palha de aço”, uma marmoraria (Resende), uma fábrica de cigarros (Cabofriense), uma fábrica de móveis (Móveis Ine) e uma fábrica de limpeza (Hiperquímica), entre outras não identificadas.

São as áreas de ocupação recente que estão diretamente envolvidas com a dinâmica da catação e comercialização de recicláveis que irão sofrer impacto direto da ausência do aterro. A dinâmica e as relações que se desenvolvem nessas áreas são nosso objeto de investigação neste capítulo. A presença do aterro e a renda gerada pelo reciclável fez surgir nessas áreas, que são completamente carentes de infraestrutura básica, uma espécie de ‘realidade paralela’ dentro do bairro e até uma certa dificuldade de relacionamento entre os moradores das áreas de ocupação recente e o restante do bairro⁵¹.

O aterro foi projetado para receber 3000 toneladas/ dias de resíduos sólidos urbanos e atualmente recebe 9000 toneladas dos quais 80% proveniente do Rio de Janeiro, 13% de Duque de Caxias, 4% de São João de Meriti, 2% de Mesquita, 1% de Queimados e 1% de Nilópolis (IETS, 2011, p.15). Hoje, o aterro já tem um talude de mais de 40 metros de altura e está tão alto que é facilmente visto do aeroporto internacional Tom Jobim (Galeão), da Rodovia

⁵⁰ Essa importância deve ser ainda maior, pois o IETS (2011) aborda somente a atividade de coleta de material, ou seja, os catadores, mas existem várias atividades que dependem da presença do aterro e que sua desativação será prejudicial para a economia local.

⁵¹ Percebemos isso durante os trabalhos de campo quando moradores não catadores e que moram distante do aterro se referem a essas áreas como se elas não fizessem parte do bairro, em várias situações escutamos expressões como “lá dentro” quando queriam se referir as áreas no entorno do aterro e “lá fora” para as áreas mais distantes do aterro. Em uma espécie de ação social organizada pelo Fórum Comunitário para retirar documentos os organizadores tiveram dificuldades em convencer os moradores das localidades de ocupação recente a participarem, pois o evento foi organizado em uma praça na localidade de ocupação antiga e eles não frequentam pouco essa área.

Washington Luiz e da Linha Vermelha. Na foto 14 podemos ter uma ideia de seu tamanho e calcularmos a quantidade de material reciclável que circula e já circulou nessa área.

Na foto 14 podemos ver as medidas que foram tomadas para que o aterro não desmoronasse, pois devido ao peso do material, em uma área de solo arenoso, o aterro começou a ter rachaduras bem profundas e corria o risco de desabar dentro da Baía de Guanabara e do Rio Sarapuí. Desde quando se detectou o risco o terreno é monitorado e foram feitas obras para o escoamento superficial da água entre outras medidas que evitaram o desmoronamento imediato, só que o risco ainda existe. Essas medidas são importantes, mas não impedem os impactos ambientais que o aterro causa em todo o entorno.

Foto 14: Vista do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, fevereiro de 2011.



Fonte: Gisele Cardoso 26/02/2011

A grande quantidade de material recebida nesse território tornou-o dinâmico e palco de realização de várias territorialidades. No próximo item vamos analisar as condições de vida e trabalho dos agentes que atuam na cadeia produtiva da reciclagem e se encontram territorializados no AMJG, deixamos desde já uma reflexão que foi apresentada anteriormente: qual a importância que o aterro tem para a geração de renda dos trabalhadores que atuam no e entorno do AMJG? A presença do aterro gerou ou reafirmou condições precárias de vida e de trabalho em seu entorno? Que medidas estão sendo tomadas para que o encerramento do aterro seja o menos prejudicial para os catadores e outros trabalhadores que compõe a cadeia produtiva no entorno do AMJG?

4.3

Agentes territorializantes de Jardim Gramacho: os agentes que constroem e lutam por esse território

Em 33 anos de atividade se organizou no entorno do aterro várias atividades e estabelecimentos ligados a reciclagem dos resíduos sólidos urbanos ou que dão suporte a sua existência. Dada à complexidade de relações nesse espaço consideramos território do lixo não somente o interior do aterro, como também, seu entorno. Vários grupos se territorializaram no entorno do AMJG, onde através das práticas de apropriação pelo uso ou relações sócio-afetivas ou de práticas de dominação pela força ou por relações econômicas constituiu-se múltiplos territórios sobrepostos ao já existente. Podemos identificar no entorno do aterro o território dos catadores, das cooperativas, dos depósitos, dos compradores de produtos encontrados no aterro, dos comerciantes e do narcotráfico. Todos esses tem alguma influência sobre esse território interferindo na construção espacial ou na representação sobre esse espaço.

Os múltiplos territórios do entorno do AMJG se confundem na paisagem, neles se desenvolveram duas dinâmicas, uma interna no interior do aterro onde é realizada a catação e outra externa onde é realizada a comercialização e recuperação dos materiais. É marcante a presença do Circuito Inferior no entorno do AMJG. As atividades relacionadas à catação e a comercialização do material reciclável estão estruturadas a partir das regras da Cadeia Produtiva da Reciclagem que tem início com no trabalho do catador que vende o fruto de seu trabalho para os intermediários ou atravessadores (no AMJG esse grupo é representado pelos depósitos) e é concluída em processos industriais modernos que se desenvolvem longe desse território. Ao analisarmos a Cadeia Produtiva da Reciclagem⁵² no entorno do aterro encontramos o que Milton Santos denominou de Circuitos Econômicos, que são formas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços que possuem etapas diferenciadas de acordo com as variáveis de modernização dispostas no espaço.

Um dos circuitos [*Superior*] é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro [*Inferior*] é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos recentes e das atividades a eles legadas (Santos, 2004, p.38).

⁵² Em nossa monografia de graduação analisamos os circuitos econômicos da cadeia produtiva da reciclagem no entorno do AMJG mais detalhes em Almeida (2007).

Esses circuitos são definidos pelo conjunto de atividades realizadas e pelo setor da população que se liga a ele pela atividade ou pelo consumo. A maior parte das atividades que se desenvolvem no entorno do aterro fazem parte do Circuito Inferior da economia e dão suporte a atividades modernas das indústrias de reciclagem que compõem o Circuito Superior por se tratarem de atividades que envolvem alta tecnologia e grande emprego de capital. Esta interligação demonstra a inter-relação desses circuitos na cadeia produtiva da reciclagem e que no Brasil a lucrativa e “sustentável” indústria da reciclagem é sustentada pelo desumano trabalho dos catadores de material reciclável.

A disponibilidade de matéria prima para as indústrias de reciclagem tem crescido graças a um dos mecanismos do capital que é a ‘taxa decrescente do valor de uso das coisas’, ao separar o valor de uso do valor de troca e reduzir a vida útil dos produtos os indivíduos são obrigados a consumir bens que se tornam obsoletos antes do tempo, pois perdem sua funcionalidade momentos após de saírem das fábricas (Antunes, 2000,p.26). De acordo com Layrargues (2002, p.181) há uma união entre a obsolescência planejada e a criação de demandas artificiais no capitalismo, é a obsolescência planejada simbólica que induz a ilusão de que a vida útil do produto esgotou-se mesmo que ele ainda esteja em perfeitas condições de uso fazendo com que vivenciamos um período marcado pelo consumismo.

A reciclagem tornou-se perfeita aliada do modo de produção capitalista se adaptando ao modelo atual. O discurso ecológico oficial⁵³ tem equacionado os problemas da geração de resíduos sólidos urbanos através apenas da reciclagem, como se esta fosse a tábua de salvação para os problemas de esgotamento dos recursos naturais e saturação dos depósitos de lixo. Essa forma de abordar o problema tem a capacidade de produzir um efeito ilusório, tranquilizante na cabeça das pessoas, que acreditam que podem consumir mais produtos, sobretudo descartáveis, pois agora são recicláveis e ecológicos. A difusão da reciclagem como salvação somente incentivou a consumo e a continuidade da obsolescência planejada das mercadorias (Layrargues, 2002).

⁵³ Em sua obra, Layrargues (2002) aponta a existência de duas matrizes discursivas distintas sobre a questão ambiental: a primeira é do discurso ecológico oficial enunciado pelo ambientalismo governamental, representante da ideologia dominante que supervaloriza a reciclagem em detrimento de outras ações como a de redução e reutilização dos resíduos, a segunda é o discurso ecológico alternativo que tem como representantes o movimento social organizado, representante da ideologia contra-hegemônica que defende uma modificação cultural em relação ao consumo e a adoção da Política dos 3 Rs dentro da sequência a qual foi pensada- Redução, Reutilização e Reciclagem.

Esse cenário de incentivo a reciclagem fez com que aumentasse a demanda por material reciclável tornando esse ramo atrativo mesmo com pouquíssimas campanhas ou projetos de incentivo a reciclagem ou de conscientização ambiental. De acordo com o Panorama de Resíduos Sólidos da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública (ABRELPA, 2010) mais de 56% dos municípios brasileiros têm programas de coleta seletiva, e embora esse número seja expressivo, é importante considerar que muitas vezes tais atividades se resumem a criação de PEVs (Pontos de Entrega Voluntária) ou a programas que não abrangem todo o município, como ocorre na cidade do Rio de Janeiro onde a coleta seletiva se restringe a Zona Sul da cidade. Apesar de não existir um comprometimento das prefeituras, o número da reciclagem só está aumentando no Brasil como pode ser constatado nos dados divulgados pelo IBGE sobre os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (2010, p.334).

Dentre os materiais reciclados, destaca-se o alumínio, com índice de reciclagem acima de 90%. Este é um valor muito elevado, mesmo quando comparados aos valores internacionais. Isto se deve ao alto valor de mercado da sucata de alumínio, associado ao elevado gasto de energia para a produção de alumínio metálico. Para o restante dos materiais, à exceção das embalagens de longa vida (cartonadas ou tetra pak), os índices de reciclagem variam em torno de 45 – 55%, com tendência crescente ou estável [...] O aumento nos preços das matérias-primas e da energia, associado a legislações municipal, estadual e federal cada vez mais exigentes em termos ambientais, devem fazer com que os índices de reciclagem de todos os materiais mantenham a tendência de crescimento no longo prazo.

Os números da reciclagem estão aumentando no Brasil devido ao circuito inferior da reciclagem que se desenvolve em todo o Brasil e no entorno do AMJG. Neste item vamos dar destaque a três grupos que se territorializam no entorno do aterro e possibilitam o funcionamento da cadeia produtiva da reciclagem que são os catadores, os depósitos e o comércio local. Tentaremos compreender a importância que o aterro tem para a geração de renda dos trabalhadores que atuam no entorno do AMJG.

✓ **Catadores**

Os catadores são os principais atores desse território, compõem o circuito inferior da economia e é seu trabalho que sustenta a existência de todas as outras atividades que se desenvolvem no entorno do aterro. Suas características são a de trabalhadores empobrecidos que tem pouco acesso a produtos modernos, a pesquisa realizada por Bastos (2008), nos permite traçar um perfil

geral desses catadores (residentes e não residentes no bairro de Jardim Gramacho): são jovens entre 18 e 41 anos de idade com predominância do sexo masculino sobre o sexo feminino, mais da metade dos catadores estão há 10 anos ou mais nessa atividade, mais de 45 % das famílias possuem filhos e cerca de 60% estão entre analfabetos e analfabetos funcionais⁵⁴. O número de catadores só tem aumentado desde sua abertura. A tabela 3 demonstra a evolução do número de catadores no AMJG ao longo de sua história⁵⁵.

Tabela 3 – Evolução do número de catadores Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho.

Ano	Nº de catadores	Empresa / Pesquisa
1993	600	ENGEVIX
1996	960	Queiroz Galvão
2002	1060/dia	ENSP
2004	1700/dia	Lucia Pinto

Fonte: IBASE (2005)

A quantidade de catadores atuando no aterro já oscilou muito de acordo com cada momento econômico da RMRJ e em função da valorização e maior quantidade de material disponível. Atualmente, estima-se que existem cerca de 1200⁵⁶ catadores que circulam nesse território em turnos diurnos e noturnos. O número de catadores já apresenta uma queda em decorrência da diminuição da quantidade de resíduos vazados no aterro com a abertura da CTR- Santa Rosa⁵⁷ em abril de 2011.

O preconceito com essa atividade é muito grande e ainda pior quando nos referimos aos catadores que atuam em lixões ou aterros controlados, como é o caso dos catadores do AMJG. Esses trabalhadores exercem uma atividade extremamente precária pois atuam no interior do aterro garimpando o lixo e separando o material que pode ser comercializado (foto 15). São milhares de

⁵⁴ É considerado analfabeto funcional pessoas com menos de quatro anos de escolaridade.

⁵⁵ Esses números não são precisos, pois sempre foi relatado nas pesquisas sobre o AMJG a dificuldade de fazer esse levantamento e os fatores são vários: a sazonalidade de alguns catadores, a dificuldade de contabilizar os trabalhadores do turno da noite e a não colaboração de algum catadores. Os catadores relatam que já existiram cerca de 3000 catadores trabalhando no aterro.

⁵⁶ Este número foi divulgado pelos catadores em reuniões que participamos no Pólo de Reciclagem da ACAMJ. Ele foi levantado após uma pesquisa realizada pela Nova Gramacho com o auxílio de alguns catadores, essa foi realizada no primeiro semestre de 2011 e não foi disponibilizada para consulta pública. Apesar de essa pesquisa ter sido realizada com o auxílio dos catadores eles acreditam que esse número é ainda maior, é muito difícil chegar a um número mais próximo do real porque alguns trabalhadores são muito sazonais.

⁵⁷ Central de Tratamento de Resíduos (CTR) que recebeu o nome de Santa Rosa é o primeiro Aterro Sanitário que receberá os resíduos sólidos urbanos da cidade do Rio de Janeiro, sendo assim o novo território do lixo. Entrou em funcionamento em Abril de 2011 recebendo parte dos resíduos da cidade e a partir de 2012 passará a receber todos os resíduos da cidade com o encerramento completo do AMJG. Ele será analisado no item 4.5 na p.119

peessoas que trabalham diariamente sobre o lixo, retirando do que a sociedade considera inservível o sustento de sua família. Disputando espaço com animais e caminhões esses homens e mulheres retiram diariamente do AMJG cerca de 200 toneladas de material reciclável⁵⁸.

Foto15 - Trabalho no interior do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, 2010.



Fonte: Muniz (2010, s/p.)

Sua atuação de uma forma geral é bem territorializada. Se apropriam do espaço através do uso e de relações sócio-afetivas que são construídas durante a árdua atividade de catação, possuem regras de convivência, de trabalho e de ‘aceitação’ de novos membros, por essas características acreditamos na existência de um território dos catadores sobreposto ao território do lixo. Existem regras na comercialização que também ajuda a diferenciá-los, na foto 15 podemos observar que alguns catadores utilizam um colete verde limão e outros um colete coral que significam o passaporte para sua entrada no aterro. Só é permitido o trabalho na “rampa⁵⁹” dos catadores que estejam utilizando um desses coletes, indicando que o catador está vinculado a uma cooperativa ou a um depósito. Os catadores de cooperativa ou os catadores muito antigos no aterro utilizam o colete coral e os catadores vinculados aos depósitos utilizam o

⁵⁸ Em 2006 a COMLURB realizou um estudo que propiciou apurar a quantidade de material que os catadores retiravam do aterro diariamente e foi constatado que em média os catadores tiram 200 toneladas de material (Bastos, 2008, p. 91).

⁵⁹ “Rampa” é o nome que os catadores dão ao local onde o lixo está sendo despejado, ela é móvel de acordo com a criação e cobertura de células de lixo.

colete verde limão. Essa atual organização de entrada no aterro significa um grande avanço na organização dos catadores.

Até o ano de 2006 só existia uma cooperativa em Jardim Gramacho, a COOPERGRAMACHO, criada após o processo de recuperação do aterro cujos catadores vinculados trabalham em um galpão na entrada do aterro e não na rampa. Nesse período, o trabalho na rampa estava dividido entre os catadores de depósito (que utilizavam um colete amarelo) e os catadores pró-cooperativados (que utilizavam um colete azul), sendo que a diferença do trabalho entre eles estava somente na comercialização onde o primeiro era obrigado a vender o material para o depósito dono do colete, e o segundo poderia vender o material para qualquer depósito (Almeida, 2007).

Desse período até os dias atuais a organização dos catadores melhorou muito com a ajuda da assistente social Valeria Bastos. Ela ajudou os catadores em sua organização, auxiliando-os na tomada de consciência do seu papel na cadeia produtiva e da exploração em que vivem e orientando-os na criação de cooperativas. Atualmente existem quatro cooperativas⁶⁰: COOPERGRAMACHO, COOPERCAXIAS, COOPERJARDIM, COOPERACAMJ e uma associação a ACAMJ que é bem atuante na organização e esclarecimento dos catadores em Jardim Gramacho. Apesar de esse grupo já ter avançado bastante em sua organização ainda há muito que fazer, pois dos 1200 catados apenas 280 estão ligados a alguma cooperativa.

Todos os catadores que pertencem às cooperativas trabalham na rampa, exceto os da COOPERGRAMACHO⁶¹. Na rampa, o trabalho é o mesmo para todos os catadores, ou seja, garimpam o lixo recolhendo o material que pode ser reciclado que são: papel, papelão, todos os tipos de plástico, ferro, alumínio, borracha e vidro, esse material é colocado em lonas⁶² e são comercializados no entorno. É uma tarefa difícil, extremamente perigosa que requer muita habilidade e não são todos que conseguem realizar. Ao longo de nosso trabalho de campo ouvimos algumas pessoas que trabalham no interior das cooperativas e nos depósitos e que já trabalharam na rampa mais não conseguiram continuar.

⁶⁰ A criação de cooperativas representa um grande avanço na luta por reconhecimento desses trabalhadores, mas ainda há muito trabalho pela frente. As cooperativas ainda estão muito desestruturadas e algumas não tem CNPJ.

⁶¹ Os catadores da COOPERGRAMACHO não separam material na rampa. Existe um número determinado de caminhões que ao invés de seguirem direto o aterro despejam seu material no galpão da cooperativa, o lixo é despejado todo misturado como saiu das residências, ele passa por uma esteira onde os catadores selecionam o material reciclável e o que sobra é levado para o aterro.

⁶² As lonas são sacos de estopa com tamanhos e preços diferenciados onde os catadores colocam o material reciclável.

O trabalho no interior do AMJG chama atenção da mídia, de pesquisadores, estudantes e artistas, por sua grandiosidade (é o maior aterro controlado da América Latina) e pelo grande número de catadores. O trabalho dos catadores já foi retratado e televisionado várias vezes, queremos destacar dois ensaios fotográficos e documentários que foram feitos sobre o AMJG que tiveram repercussão nacional e internacional. O primeiro foi um ensaio fotográfico produzido por Marcos Prado, publicado em 2004 que retratou o trabalho no interior do aterro antes da recuperação e produziu um documentário sobre uma catadora chamada Estamira (cartaz publicitário do documentário anexo 1). O segundo foi um ensaio fotográfico “Lixo Extraordinário que foi produzido em 2009 pelo artista Vik Muniz, sobre o cotidiano dos catadores no interior do aterro e demonstrou muito bem o trabalho realizado e um pouco de suas vidas (cartaz do publicitário do documentário anexo 1). Os dois documentários fizeram muito sucesso e ganharam vários festivais sendo o de Vik Muniz concorrente ao Oscar 2011 na categoria Melhor Documentário.

A vida no interior do aterro já foi retratada em obras artísticas e acadêmicas. O nosso interesse é analisar o entorno muito pouco estudado e infelizmente não foi alvo de interesse dos artistas, nem da mídia e muito pouco estudado pelos cientistas. A exploração dos catadores não começa no interior do aterro, e sim em seu entorno onde as regras de comercialização são estabelecidas antes que eles comecem a trabalhar.

Dentro do aterro o trabalho é o mesmo para todos, sendo na hora da comercialização é que existem diferenças. Os catadores cooperativados entregam o fruto de seu trabalho para as cooperativas, em cujos espaços o reciclável é separado por tipo de material, prensado e vendido e o pagamento é realizado no final da semana⁶³. As cooperativas comercializam o material com os depósitos que existem no entorno do aterro e a negociação é feita principalmente com os depósitos de grande porte que tem condições de comprar muito material. No bairro de Jardim Gramacho existem dois grandes depositistas que trabalham com as cooperativas são o Fariapet e o Papiropet. Apesar de reconhecerem que são explorados pelos intermediários a parceria com estes agentes é necessária, pois as cooperativas ainda não têm estrutura jurídica e nem técnica para comercializarem diretamente com as indústrias.

Os catadores que não estão vinculados à cooperativa comercializam seu material com os inúmeros depósitos que existem no entorno do aterro. Nos

⁶³ Vão existir algumas diferenças no funcionamento das cooperativas, em algumas cooperativas são os próprios catadores que separam seu material e em outras o material não é prensado.

depósitos o material é comprado por lona, ou seja, o catador enche as lonas de material no aterro, e ao final do dia vendem a lona para o dono do depósito, que possuem preços e tamanhos variados onde a menor custa R\$ 25 reais e a maior custa R\$ 50 reais. Essa transação é extremamente injusta, pois a venda de material reciclável por lona remunera muito menos o catador. Nas lonas, os materiais estão todos misturados, materiais que possuem valores de mercado bem diferentes, como por exemplo, o alumínio que tem um valor de mercado muito mais alto do que o pet e todos são comprados pelo mesmo preço. Só para ter uma idéia, conversamos sobre a comercialização em uma cooperativa e descobrimos que uma lona com o material misturado comprada pelos depósitos custa cerca de R\$ 25 reais e uma lona, do mesmo tamanho, já separada e cheia somente de garrafas PET custa R\$ 50 reais.

Estabelece-se uma forma perversa de trabalho entre os catadores e os donos de depósitos. Estes agentes têm grande poder de barganha junto aos catadores, pois oferecem grande oferta de trabalho e não exigem nenhuma documentação ou antecedentes, assim pessoas sem documentos, fugitivos e egressos⁶⁴ têm a possibilidade de trabalhar, fazendo o pagamento no ato da comercialização ou no final da semana. As cooperativas oferecem rendimento maior já que o material é separado e vendido de acordo com o preço de mercado, mas estabelecem algumas regras como comparecer regularmente ao trabalho, não se envolver em brigas, não trabalhar alcoolizado e contribuir com 15% de sua venda para a manutenção da cooperativa. Os catadores não cooperativados argumentam que essas regras retiram sua liberdade. Além desses motivos, a eminência de encerramento do aterro acirrou os ânimos dos não cooperativados contra os cooperativados dificultando o diálogo entre eles.

Apesar do crescimento das cooperativas e de vários encontros realizados para mobiliar os catadores e falar da importância de seu trabalho, o número de cooperativados é muito pequeno frente ao contingente total de catadores. O IETS (2011) que realizou a pesquisa em 2010 chegou a um contingente de 1.190 catadores ativos residentes no bairro, só que o número total de catadores atuantes no AMJG é bem maior, pois existem vários catadores que não residem no bairro, de acordo com Bastos (2008) que afirma que 43 % dos catadores residem em outros bairros de Duque de Caxias. Dentre cerca de 2 mil catadores, 280 são cooperativados⁶⁵ e apesar dos esforços das lideranças locais a adesão

⁶⁴ Durante os trabalhos de campo os catadores relatam a existência de pessoas com problemas judiciais trabalhando no aterro.

⁶⁵ Numero estimado pelos cooperativados.

dos catadores as cooperativas é muito difícil. Isso dificulta a mobilização dos catadores em busca de seus direitos pelos serviços prestados no aterro ao longo dos anos, pois muitos dos catadores não sabem a importância de seu trabalho. De acordo com o IETS (2011) cerca de 70% dos catadores dizem não reconhecer os termos “catadores de material reciclável” e “agente ambiental”.

Sejam cooperativados ou não, os catadores trabalham em condições muito precárias. De acordo com o IETS (2011, p.94), 40,5% dos catadores já sofreram algum tipo de acidente e todos alegam já terem encontrado resíduos perigosos misturados ao lixo como pilha (85,4%), bateria (83,7%), frascos de remédios (71,4%)⁶⁶, embalagem de agrotóxicos (68,2%)⁶⁷, entre outras coisas. A contaminação do solo, da água e o contato direto com esses produtos têm um efeito cumulativo no organismo dos seres humanos causando doenças em momento posterior ao contato expondo os catadores a doenças variadas.

O ramo da reciclagem é muito lucrativo para indústrias e alguns intermediários, mas não para aos catadores. Sobre o rendimento dos catadores não conseguimos chegar a nenhuma conclusão, pois cada fonte nos oferece valores diferentes. De acordo com o IETS (2011), o rendimento médio dos catadores é de R\$697 reais por mês, entretanto a pesquisa de Bastos (2008) demonstrou um valor maior onde mais da metade dos catadores retiram por mês entre R\$ 460,00 a R\$ 1.200 reais. Durante os trabalhos de campo alguns catadores disseram tirar, em média, de R\$ 100 a 200 reais por dia. Esses valores são realmente muito contraditórios e não conseguimos chegar a nenhuma definição. O fato é que mesmo que o catador consiga um rendimento mensal mediano não é o suficiente para ele sair da pobreza. Esses trabalhadores informais compõem o Circuito Inferior da economia que abriga atividades que requerem baixa qualificação profissional resultando em rendimentos que garantem somente o consumo. Toda essa problemática ocorre porque,

(...) as atividades informais estão inseridas na divisão social do trabalho capitalista, podemos entender que esses trabalhadores também são explorados, pois contribuem para que se efetive a circulação e o consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como

⁶⁶ Solventes, produtos farmacêuticos e detergentes (ex. Benzina): podem causar, dores de cabeça, náusea, perda de coordenação dos músculos e leucemia. (IETS, 2011,p.111)

⁶⁷ Herbicidas (ex. Dioxina): podem causar câncer, queda de imunidade; malformações e óbitos fetais; abortamentos; distúrbios hormonais; concentrações aumentadas de colesterol e triglicerídeos; hiperpigmentação da pele; dor de cabeça e nos músculos; desordem no aparelho digestivo; inapetência, fraqueza e perda de peso; neuropatias; perda da libido e desordem dos sentidos. (IETS, 2011, p.111)

aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade; se ficam doentes, são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda (Alves & Tavares apud Bastos, 2008, p.114).

Os catadores sempre relatam essa situação de vulnerabilidade em que se encontram devido à falta de direitos assegurados. A catação representa para eles sua única forma de sustento e o ingresso desses trabalhadores na catação está relacionado a vários fatores. A pesquisa de Bastos (2008, p.171) expõe esses motivos de forma mais abrangente, constatando que 27 % dos entrevistados foram para catação porque estavam desempregados; 34% por cultura familiar, ou seja, a mãe, pai ou outro parente já estava na atividade; 20 % para sobrevivência da família e 11% alegaram não ter outra opção.

Parte dos catadores que atualmente estão em Jardim Gramacho vivenciam uma cultura em torno da catação a muitas gerações. Em entrevistas com os catadores descobrimos que existem famílias inteiras que catavam no Aterro do Caju em 1940 e com a desativação deste acompanharam a transferência dos resíduos para o Aterro das Missões em 1970 e depois o AMJG num processo de desterritorialização e reterritorialização.

Outro aspecto que leva os catadores a encontrarem no aterro sua única forma de sobrevivência está relacionado à baixa escolaridade, os dados do IETS (2011, p.73) demonstram que 23,2% dos catadores são analfabetos e 41,2% são analfabetos funcionais ou, também, a falta de especialização profissional. Com o encerramento do aterro essas pessoas terão grande dificuldade de inserção no atual mercado de trabalho que se torna a cada ano mais exigente.

A situação em que se encontram esses trabalhadores está relacionada a desregulamentação das forças produtivas e do trabalho que teve início na década de 1970 com o advento da ideologia neoliberal como resposta a crise estrutural do capital. As novas regras estabelecidas para o mundo do trabalho causou a precarização de vários trabalhadores elevando o nível de desemprego. As alternativas utilizadas para sair da crise foi à ampliação da competitividade e da concorrência inter-capitalista que tem como consequência,

A destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital (...). Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital. (ANTUNES, 2000, p. 34)

Se as condições de trabalho dos catadores são precária e seus rendimentos muito baixo isso irá refletir diretamente na forma espacial, ou seja, nos locais de moradias e em suas condições⁶⁸. As decisões locais em um espaço urbano são tomadas por grupos capitalizados que detêm poder sobre o espaço e acabam por criar desigualdades na disponibilidade e acessibilidade dos recursos no sistema urbano. Essas decisões afetam diretamente a renda dos indivíduos, nesse caso dos catadores. Residir próximo de um vazadouro de resíduos gera custos adicionais externos que afetam sua existência. Os efeitos subsequentes de uma decisão locacional demonstram que

O modo pelo qual a forma espacial de um sistema urbano muda, será parcialmente função do modo pelo qual os grupos se formam, relacionam-se com os outros e desenvolvem uma ação coletiva em direção às disposições das várias fontes de exteriorizações, que afetarão sua renda real. É, neste sentido, que o processo político no sistema urbano pode ser visto como uma maneira de expandir benefícios externos e alocar custos externos. Dessa maneira, um grupo poderoso pode estar em condições de obter vantagens em renda real sobre outro (Harvey, 1980, p.59).

Na alocação de custos externos os vazadouros são aproximados das áreas periféricas e, em Jardim Gramacho, no entorno desse vazadouro estão as piores condições de moradia, criando uma segregação espacial dentro do próprio bairro onde as áreas próximas ao aterro ou as áreas de ocupação recente podem ser caracterizadas como espaços opacos e as áreas mais antigas e mais distantes da dinâmica do aterro podem ser caracterizadas como espaços luminosos. A maior parte dos catadores moradores do bairro de Jardim Gramacho residem nas áreas de ocupação recente, 76% dos catadores moram nessas áreas. Para analisar as condições de moradia no bairro, o IETS (2011, p.57) fez uma pesquisa através do tipo de material utilizado na construção dos imóveis e os classificou como materiais duráveis e não duráveis⁶⁹, constatando que a maioria dos domicílios com catador foram construídos a partir de materiais não duráveis com a seguinte situação: 29,6% dos imóveis as paredes são de madeira aproveitada ou palha; em 63% a cobertura é de amianto; em 33% do piso é de terra batida e outros 34,5% dos imóveis o chão é de cimento.

⁶⁸ Estamos nos referindo a alguns catadores moradores do bairro de Jardim Gramacho e não ao contingente total de catadores.

⁶⁹ Materiais duráveis são paredes de alvenaria/tijolo (com ou sem revestimento de emboço/chapisco) ou madeira aparelhada; cobertura de telha (de cerâmica, barro ou amianto), madeira aparelhada ou laje de concreto; piso de madeira aparelhada, cerâmica, lajota, ardósia, cimento ou carpete.

Materiais não duráveis são paredes de estuque, taipa revestida, madeira aproveitada, ou palha; cobertura de zinco ou madeira aproveitada; piso de madeira aproveitada ou terra batida (IETS, 2011, p.57 e 58).

A foto16 nos mostra as condições de moradia desses trabalhadores em uma das comunidades do bairro.

Foto 16 – Moradia dos catadores na Rua Tocantins no entrono do AMJG, 2011.



Fonte: Gisele Cardoso 26/02/2011

Acompanhando a péssima estrutura das residências teremos igual precária condição das ruas com apenas 38,7% pavimentadas e 25,4% das vias com calçamento. A falta de pavimentação, a falta de limpeza pública, a passagem constante de caminhões de lixo e dos depósitos com material reciclável faz com que as ruas fiquem empoeiradas o tempo todo como podemos ver nas fotos 16 e 17. Outra situação desagradável é o lixo jogado por toda parte, isso acontece devido aos vários depósitos a céu aberto e vazadouros clandestinos existentes no entorno e a falta de consciência de todos (catadores, moradores e donos de depósitos) que jogam em qualquer lugar os materiais que não podem ser comercializados.

Foto 17 – Condições das ruas no entorno do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, 2011.



Fonte: Gisele Cardoso 26/02/2011

Algumas dessas precárias residências foram construídas sobre o manguezal aterrado com o lixo e entulho pelos próprios catadores e são utilizadas também para a comercialização dos materiais recicláveis, e por depósitos clandestinos de lixo, como já vimos na foto 13 (p. 88). As moradias construídas nessas condições representam um grande risco para a vida das pessoas, pois o material utilizado para construção é de fácil combustão e a área aterrada com lixo e os aterros clandestinos favorecem a ocorrência de incêndios. Em 20 de fevereiro de 2011 houve um grande incêndio na comunidade da Chatuba que destruiu rapidamente mais de 30 casas, segundo um catador, o incêndio começou por causa de um ferro de passar em curto circuito, o fogo se alastrou muito rapidamente, e em duas horas destruiu completamente as casas. Ninguém ficou ferido. Na foto 18 podemos ver a área onde se localizavam as casas e na foto 19 a destruição causada pelo incêndio.

Foto 18 – Área em que ocorreu o incêndio na comunidade da Chatuba no entorno do AMJG, 2011.



Fonte: Gisele Cardoso 20/02/2011

Foto 19 – Destruição causada pelo incêndio na comunidade da Chatuba no entorno do AMJG, 2011.



Fonte: WWW.esquecidos.org.br – acessado em Novembro de 2011

Devido à ocupação desordenada e informal dessas áreas existe um grande problema com a localização das residências. Mais da metade das vias não são identificadas e nem numeradas, consequentemente mais da metade

dos domicílios com catadores não recebem correspondência. Esses trabalhadores são destituídos de seus direitos, a não existência de um endereço e a impossibilidade de receber correspondência atinge diretamente suas chances de conseguir um emprego com carteira assinada.

Se as condições de moradia dos catadores são muito ruins, o mesmo ocorre com o acesso aos serviços básicos. De acordo com as informações levantadas pelo IETS (2011, p.64) o acesso a serviços básicos é precário em todo o bairro de Jardim Gramacho, com índices inferiores aos padrões da RMRJ isso reforça nosso argumento de que esse bairro pode ser considerado uma “hiperperiferia”, ou como já explicamos antes um espaço opaco, lócus privilegiado para receber esse tipo de equipamento poluidor. A ineficiente infraestrutura básica atinge as áreas de ocupação recente de uma forma muito mais trágica do que no restante do bairro. Em domicílios com catadores, apenas 26% são atendidos pela rede geral de abastecimento com canalização em pelo menos um cômodo, 12,2% dos domicílios recebem água da rede geral somente na propriedade⁷⁰, 13,4% utilizam a rede não oficial de abastecimento, 10,3% utilizam poço e cerca de 22,9 % utilizam bica comunitária. Esses trabalhadores são desprovidos do acesso adequado a água potável, um dos bens mais primários de sobrevivência, e essa situação pode ser uma das responsáveis pelos casos de dengue no bairro, pois além do acúmulo de água nos diversos materiais que ficam expostos nas ruas e nos depósitos, os moradores acumulam água em tonéis, baldes e diversos tipos de recipiente para o uso diário da família. Outra situação trágica também é a contaminação do lençol freático causada pelos aterros clandestinos e depósitos a céu aberto que existem no bairro.

A relação ambiente – saúde fica ainda pior quando analisamos o acesso a serviços de esgotamento sanitário onde apenas 27,5% dos domicílios com catadores, estão interligados a rede geral coletora de esgoto. Na maior parte dos domicílios com catadores o esgotamento é inadequado, com 24, 4% dos domicílios despejando em vala a céu aberto, 15,5% em rios e 10,2% utilizando fossa rudimentar. Piorando ainda mais esta situação 7,5% dos domicílios com cerca de 250 catadores não tem banheiro na residência (IETS, 2011, p. 66)

Uma das maiores contradições da situação de moradia dos catadores é que apenas 68,8% dos domicílios são atendidos pela coleta regular de lixo e o

⁷⁰ Mesmo os domicílios que tem acesso a rede geral de abastecimento o serviço é disponibilizado de forma irregular, pois na maioria das residências de catadores (76,9%) o abastecimento só ocorre 2 ou 3 vezes por semana. Um quadro muito parecido com os outros municípios da Baixada Fluminense.

restante 30,4% que não tem coleta queimam ou enterram o lixo. Os responsáveis pelo desenvolvimento da reciclagem no Brasil não são atendidos pela coleta de lixo do município. Toda essa situação é inadmissível do ponto de vista ambiental e social: como pode os trabalhadores mais importantes do ramo da reciclagem que movimenta 10 bilhões de reais por ano viverem e trabalharem em condições tão desumanas?

As condições de trabalho e moradia demonstradas até aqui afetam diretamente a saúde dessas pessoas mesmo que não reconheçam isso, já que 49% dos catadores acreditam que morar ou trabalhar próximo ao AMJG não prejudica sua saúde. A associação lixo-doença nem sempre é admitida pelos catadores porque os conceitos de risco e perigo são construídos socialmente através da distribuição de poder na sociedade e determinado pela condição social do indivíduo, dessa forma, a imagem do aterro como sustento sobressai à imagem de gerador de problemas de saúde pois é dele que mantêm o sustento familiar.

Mesmo não reconhecendo os riscos à sua saúde, entre os catadores nota-se uma alta incidência de doenças relacionadas às péssimas condições de trabalho e moradia: 17% dos catadores já tiveram dengue, 26,6% sofrem de asma ou bronquite, 17,7% já tiveram problemas com diarreia, 10,7% problemas de pele e 12,9 % já tiveram verminose (IETS, 2011, p. 92). Esses problemas são os mesmos encontrados no trabalho de Juncá (2004) como os mais identificados entre catadores.

Expropriados pelo capital esses trabalhadores estão inseridos em um contexto onde o que prevalece é uma associação perversa de condições precárias no trabalho e na moradia. Tais condições somadas aos rendimentos instáveis impedem que necessidades mais básicas sejam atendidas, impondo aos catadores e seus familiares um situação onde trabalho, habitação, alimentação, saúde e educação ficam circunscritos em um espaço de precariedades que afetam sua saúde e possibilidade de formação educacional, que poderia ajudá-los a sair dessa situação (Juncá, 2004).

Dessa forma o AMJG e os catadores foram resumidos a uma imagem de lugar do lixo, da miséria, da fome e da falta de recursos, mas essa não é a única forma possível. Os catadores têm conseguido modificar essa imagem através de sua organização tentando demonstrar que seu trabalho é significado de sobrevivência e de luta, construindo uma imagem sobre a importância da atuação do catador para o meio ambiente. Na busca de reconhecimento os

catadores organizaram-se enquanto movimento social sendo conhecidos como Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) que possui bases em todo o país, e, no Rio de Janeiro, os catadores do AMJG se destacam como lideranças regionais. Uma das lutas do movimento é o reconhecimento do catador enquanto agente ambiental.

É claro que construir a imagem do catador como um trabalhador que contribui para o meio ambiente não é algo fácil nem mesmo para os próprios catadores, pois além da pobreza e da inclusão precária em que vivem esses trabalhadores carregam consigo o estigma do lixo, pois a sociedade o confunde com seu objeto de trabalho.

Mesmo diante das dificuldades, as cooperativas e a ACAMJ tem promovido eventos, mobilização e organização dos catadores com objetivo de discutir a importância da organização da categoria. E é esse grupo que tem liderado as negociações do processo de encerramento do aterro lutando para que os catadores tenham seus direitos assegurados.

✓ Depósitos

São os intermediários ou atravessadores da cadeia produtiva da reciclagem que em Jardim Gramacho são conhecidos como depósitos de reciclável. A atuação desses agentes é muito importante, pois organizam o entorno através da compra, venda e aluguel de galpões⁷¹ e terrenos; interferem diretamente no trabalho dos catadores estabelecendo o tipo de material que irão comprar, preços e condições de pagamento; e impedem o trabalho de catadores que tenham desobedecido as regras. Os depósitos dominam esse espaço através da força e de relações econômicas por isso consideramos serem os depósitos mais um dos territórios do entorno do AMJG.

Os depósitos junto com os catadores compõem o circuito inferior da economia. Sua atuação se dá através do trabalho intensivo com pouco ou nenhum maquinário, seus estabelecimentos possuem organização espacial primitiva e o emprego de capitais é reduzido (Santos 2004). Seu papel é basicamente comprar o material coletado pelos catadores e vender para as

⁷¹ Vários galpões localizados no bairro de Jardim Gramacho não são legalizados, principalmente os que se encontram muito próximos ao aterro, isso facilita a atuação irresponsável e ilegal desses agentes.

indústrias, algumas vezes beneficiando⁷² o material antes da revenda. Em Jardim Gramacho podemos identificar dois tipos de intermediários: os menos capitalizados já citados e os mais capitalizados que têm maior poder de compra e capacidade técnica, revendendo o material já com algum tipo de transformação. Esse segundo grupo está ligado ao circuito superior da economia e em Jardim Gramacho é representado somente pelas empresas FariaPet e Papiropet. Eles não compram material diretamente do catador somente das cooperativas e dos depósitos de pequeno porte, pois só trabalham com grandes quantidades.

Como dão suporte a atividade de catação os depósitos de pequeno porte e menos capitalizados estão em grande número no bairro. Em 1996 quando o aterro passou por obras e foi transformado de lixão em aterro controlado, foram cadastrados 42 depósitos que receberam permissão para enviarem catadores para o trabalho na rampa, mas na medida em que os o número de catadores foi aumentando (como já vimos na tabela 3, p. 94) cresceu também o número de depósitos em Jardim Gramacho. O relatório feito por Pinto (2004) registrou 150 depósitos atuantes no bairro e é muito provável que esse número já seja maior. Um dos grandes problemas do relatório do IETS (2011, p. 36) foi o registro no mínimo confuso dessa atividade, registrando apenas 12 depósitos como sendo integrantes das atividades com reciclável. Uma informação completamente equivocada, pois o que mais existe nas ruas próximas ao aterro são depósitos de material reciclável.

Esse é um erro muito sério para um relatório que tem como objetivo elaborar uma proposta socioeconômica para o bairro. Os inúmeros depósitos que existem no bairro são de suma importância para sua economia, pois empregam muitas pessoas. Cada depósito tem um determinado número de catadores que estão a ele vinculados, são os catadores que utilizam um colete verde limão. O catador com este colete terá que vender o material coletado para o depósito que lhe deu o colete. Nos depósitos o material é comprado por lona e em seu interior é separado, prensado, pesado e vendido. Para realizar essas atividades os depósitos são estruturados como em qualquer empresa com trabalhadores que possuem funções específicas e hierarquizadas.

Existem vários trabalhadores que atuam no interior dos depósitos, sendo esses também trabalhadores do circuito inferior da economia. Analisamos o

⁷² O beneficiamento de material pode ocorrer de diversas formas vai depender da capacidade técnica do intermediário e da exigência da indústria, então o beneficiamento pode ser: lavagem do material, separação por tipo, prensar ou picotar.

trabalho dessas pessoas em nossa monografia de graduação (Almeida, 2007, p. 65 - 72). Cada depósito deve ter no mínimo quatro pessoas trabalhando internamente, variando o número de funcionários de acordo com o capital disponível para compra de material. A maior parte desses depósitos não tem licença de operação e mantêm relações informais de trabalho com os catadores e com seus funcionários internos.

Essas 'empresas' mantêm funcionários sem nenhum vínculo empregatício ou cobertura social sendo, o trabalho interno muito precário, com as pessoas tendo contato direto com o material sujo e contaminado, sem qualquer equipamento de proteção. Sendo essa sua única fonte de renda, se ficarem doentes ou qualquer outra impossibilidade de trabalho podem até passar fome, ou seja, estão na mesma situação de vulnerabilidade social que os catadores.

Os depósitos são os responsáveis diretos da exploração da mão de obra no entorno do AMJG, atuam como empresas informais que dependem do trabalho informal dos catadores e repassam o fruto desse trabalho para empresas formalizadas e altamente capitalizadas. Desta forma, há uma relação íntima entre formalidade e informalidade na cadeia produtiva da reciclagem, mantendo relação entre si, relação de dominação/subordinação, em que cada um se relaciona e depende de forma diferente. Essa dependência é complexa e favorável ao capital que sempre cria novas formas de exploração como nos esclarece Mota (2002, p.18),

Fato é que o mundo do trabalho sofre transformações, sejam elas determinadas pelas mudanças, sejam elas determinadas pelas mudanças nas bases materiais da produção sejam por novos mecanismos socioeconômicos e políticos que assegurem a realização do capital. Assim, parece indiscutível que o capital vem construindo estratégias superadoras das suas crises e o faz a partir da implantação de novas e múltiplas formas de subordinação e exploração do trabalho.

Esses agentes além de serem os responsáveis pela exploração de inúmeros trabalhadores são um dos colaboradores da degradação ambiental da região. Existem inúmeros depósitos que não tem cobertura e o material fica exposto ao tempo contaminando o solo e a água subterrânea. E nas localidades bem próximas ao aterro, já nas áreas de manguezais, existem vários aterros clandestinos associados à depósitos de material reciclável que funcionam completamente ilegais como podemos observar na foto 13 (p 88). Esses espaços são muito perigosos primeiro porque as crianças aí brincam, segundo

porque alguns desses vazadouros são comandados por traficantes que colocam os devedores para trabalharem nesses espaços⁷³. Na tentativa de controlar os depósitos ilegais, a SEA em parceria com a Prefeitura de Duque de Caxias têm realizado operações e fechado vários desses depósitos e detido algumas pessoas.

A relação entre catadores e donos de depósitos é conflituosa até porque a ação de dominação exercida pelos depósitos esbarra na ação de apropriação exercida pelos catadores. Na pesquisa realizada por Pinto (2004) foram entrevistas donos dos depósitos sobre os problemas locais e as expectativas sobre o encerramento do aterro constatou-se que os donos de depósitos falavam dos catadores com muito preconceito e alegavam que os mesmos virariam bandidos após o encerramento. Durante nossa pesquisa de campo para a confecção da monografia também escutamos e presenciamos conflitos entre donos de depósitos e catadores e donos de depósitos e funcionários.

Portanto, esses agentes pertencem a esse território e convivem nele gerando conflitos e estabelecendo regras de comercialização. Apesar de não terem uma relação muito pacífica com os catadores tem papel importante nesse espaço, pois são o elo de ligação dos catadores com as indústrias.

✓ **Comércio local**

Em virtude do crescente comércio de recicláveis que se estabeleceu no entorno do aterro, surgiu também um comércio que passou a dar suporte aos catadores, moradores e depósitos. São agentes importantes desse território, pois empregam muitas pessoas e também dependem do funcionamento do aterro. Alguns desses estabelecimentos se localizam nas áreas de ocupação recente e compartilham das mesmas dificuldades de infraestrutura dos catadores.

São estabelecimentos variados que também possuem características do circuito econômico inferior, vão desde pequenos bares que só vendem bebidas alcoólicas até bares de porte médio que oferecem refeições ou estabelecimentos que funcionam como mercadinhos. Nesses espaços não tem somente esse tipo de uso, também comercializam produtos que são encontrados no interior do aterro, sendo muito conhecidos por essa função. Durante a pesquisa realizada em 2005 e 2006 tivemos contato com os donos de bares e percebemos que nesses territórios quase tudo pode ser comercializado como moedas antigas,

⁷³ Informação dada por um catador morador do bairro.

frascos de perfume vazio, peças de computador, cartuchos de impressora, produtos que já passaram da validade e joias. São territórios da revalorização de produtos que deixaram de ter valor de uso e de troca para a população e são reintegrados ao circuito econômico como mercadoria.

Outra forma de comércio comum na periferia do aterro é a venda de porcos. Alguns moradores e comerciantes criam porcos para vender, possuem chiqueiros nessa região e alimentam os animais com restos de comida encontrados na rampa ou cedidos pelos comerciantes. É muito comum ver famílias inteiras de suínos passeando por algumas ruas. Esses animais vivem em solo contaminado e sua comida é contaminada, dessa forma transformam-se em transmissores de doenças como nos mostra Juncá (2004, p. 40),

Animais que se alimentam do lixo, por sua vez, também podem se constituir em agentes transmissores de doenças. É o caso, por exemplo, da cisticercose ou da toxoplasmose que podem ser transmitidas através da ingestão de carne de porco infectada, quando utilizada crua ou mal cozida. Significativos são, assim, os riscos de intoxicação humana através da cadeia alimentar, cadeia esta que inclui inda diferentes vegetais e animais – aquáticos e terrestres – que tenham sido contaminados por resíduos químicos também possíveis de serem bioacumulados (Sisinno apud Juncá, 2004,p.40)

Essas variadas formas de comércio que existem no entorno do aterro demonstra que o número de pessoas que dele dependem indiretamente é muito grande. De acordo com o IBASE (2005), cerca de 20 mil pessoas estão envolvidas direta e indiretamente com as atividades do aterro. E essas atividades não foram contempladas na pesquisa desenvolvida pelo IETS. O encerramento do aterro não vai impactar somente a economia do bairro, pois se todas as pessoas que estão envolvidas com as atividades que ocorrem em Jardim Gramacho ficarem sem suas atividades, o impacto econômico será muito grande.

4.4

A desterritorialização dos agentes que atuam no entorno do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho e as negociações para o encerramento.

Nossa pesquisa, infelizmente, não pode acompanhar o encerramento do aterro porque foi finalizada dois meses antes do prazo para seu fechamento. A estimativa é que em abril de 2012 todo o lixo pare de ser despejado no AMJG e passe a ter como destino o novo território do lixo a CTR – Santa Rosa. Esse

novo território do lixo levará a desterritorialização dos agentes que atuam em Jardim Gramacho.

A existência de múltiplos territórios no entorno do AMJG é possível em decorrência das várias atividades econômicas existentes no entorno fazendo com que esses grupos mantenham uma relação de recurso com esse território. Diferentemente dos territórios do lixo anteriores (Aterro do Caju e o Aterro das Missões) e do território atual, a CTR-Santa Rosa é um aterro sanitário construído a partir das especificações técnicas e normas ambientais em que não é permitido o trabalho de catadores em seu interior e nem a comercialização de recicláveis. Essa nova situação modifica a relação que os catadores mantinham com os territórios do lixo até esse momento. Desde a década de 1940 alguns catadores e seus familiares estiveram envolvidos em um processo de territorialização, desterritorialização e re-territorialização com os vazadouros do lixo da cidade do Rio de Janeiro, migravam de um aterro para outro em um círculo vicioso de pobreza e inclusão precária. O novo cenário que está sendo construído para o lixo da cidade do Rio de Janeiro exclui os catadores de material reciclável e todos os intermediários que existem no entorno do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho.

A desterritorialização compulsória a qual estão sendo submetidos esses catadores vem deixando-os preocupados com sua situação futura. Como nossa pesquisa não pode se estender até o momento do encerramento do aterro podemos apenas demonstrar o que estava sendo discutido nas reuniões do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho e na reunião semanal dos catadores no Pólo de Reciclagem da ACAMJ até o mês de janeiro de 2012 e, também, podemos demonstrar a movimentação dos catadores e do comércio local nos meses que antecedem o encerramento.

Desde o nosso primeiro contato com o AMJG em 2004 já havia uma discussão sobre seu encerramento. Nesse período, o poder público municipal e a COMLURB anunciaram a construção de um aterro sanitário no bairro Paciência, periferia do município do Rio de Janeiro, que foi nomeado de CTR-Rio. Algumas negociações chegaram a acontecer para a construção desse aterro, mas o projeto nunca saiu do papel porque a população se mobilizou com o apoio de candidatos a vereadores naquele momento e a construção do aterro foi vetada. Por causa desse episódio e de outras notícias sobre o possível encerramento do aterro que nunca aconteceu, acabou-se por criar entre alguns

catadores uma completa descrença de que um dia o AMJG fosse fechar. Isso dificultou uma articulação maior entre os catadores.

Preparando o tão adiado encerramento do aterro, a COMLURB, em 26/04/2006, publicou em Diário Oficial o edital de concorrência para concessão dos serviços de aproveitamento de biogás do AMJG, pelo prazo de 15 anos, incluindo sua operação regular, execução de obras das fases de encerramento (obras de serviços de acabamento geral das áreas) e pós-encerramento, bem como implantação dos sistemas de captação, tratamento e queima do biogás. Após tramites legais, a empresa Novo Gramacho Energia Ambiental ganhou a licitação.

A empresa irá explorar o biogás liberado pela decomposição dos resíduos orgânicos depositados no aterro, que será purificado e vendido para fins comerciais e residenciais. Com um volume anual de metano equivalente a metade de todo o gás natural consumido no estado do Rio de Janeiro, a empresa Novo Gramacho assinou contrato de compra e venda com a Petrobrás para o fornecimento de Gás Verde para a REDUC – Refinaria Duque de Caxias que está situada próximo ao aterro em uma distância de 6 km, o gás será transportado através de um gasoduto que já está sendo construído. A empresa também terá ganhos com a venda dos créditos de carbono pois o sistema de captação e queima do Biogás se insere no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) conforme previsto no Protocolo de Quioto. A movimentação econômica estimada para o empreendimento é de 800 milhões de reais (Miguez, 2009).

De acordo com o contrato de concessão de serviços do aterro 36% dos ganhos com a venda de crédito de carbono devem ser repassados à COMLURB e à Prefeitura de Duque de Caxias, em partes iguais. O termo de compromisso também prevê a criação de dois fundos compensatórios pelos danos socioambientais causados no bairro de Jardim Gramacho durante os mais de 30 anos de operação. O primeiro é o Fundo de Revitalização (FR) que tem como objetivo recepcionar recursos para o desenvolvimento de projetos e ações que se traduzam em valorização urbanística, ambiental e social para o bairro Jardim Gramacho. O segundo é o Fundo de Participação do Catador (FPC) que foi criado com o objetivo de financiar projetos de geração de alternativa de trabalho e renda, destinados à inclusão social dos catadores.

Quando no início de 2011 a construção da CTR - Santa Rosa ganha maior visibilidade nos veículos de comunicação foi prometido aos catadores e

moradores do bairro que a desativação do AMJG ocorreria de forma gradual para que se buscassem alternativas para os catadores. É a partir desse momento que começam a acontecer reuniões, discussões e propostas para o bairro e os catadores.

Para o bairro as discussões envolvem somente o Fundo de Revitalização (FR) que será pago pela empresa Novo Gramacho. O FR do bairro será presidido obrigatoriamente pela prefeitura de Duque de Caxias, pois esta é o representante administrativo legal para interferências urbanísticas no bairro. Ela será responsável pela gestão orçamentária, financeira e patrimonial do fundo que terá um conselho gestor formado por quatro representantes da prefeitura, quatro representantes do Fórum Comunitário e um representante de ONG vinculada à questões sanitárias e/ou ambientais escolhida pelo Fórum Comunitário de Jardim Gramacho⁷⁴. Para embasar as ações de interferência no bairro, a SEA contratou o IETS para a elaboração de um diagnóstico do bairro que foi contestado pelo Fórum em vários pontos, e diante essa situação, o Fórum chamou o IBASE⁷⁵ para atuar junto ao Fórum no processo de revitalização do bairro.

O IBASE junto com o Fórum está formulando um plano de ação para o bairro. Até o momento de encerramento desta pesquisa o Projeto de Lei para a constituição do Fundo de Revitalização do bairro ainda não tinha sido aprovado pela Câmara Municipal e nenhuma ação foi realizada. Enquanto aguarda a aprovação do projeto, o Fórum Comunitário continuou com as atividades voltadas para os grupos de trabalho que discutem os problemas do bairro, auxiliando no entendimento de suas reais necessidades.

O bairro de Jardim Gramacho também ganhará uma Área de Proteção Ambiental (APA) que será criada em toda a periferia que era ocupada por vegetação de mangue e que atualmente é ocupada por moradias, depósitos e lixões. Essa proposta foi divulgada pela Secretaria de Meio Ambiente de Duque de Caxias em março de 2011, e desde esse período não foi publicado mais nada a esse respeito. Essa é uma ótima iniciativa para a recuperação do manguezal destruído, dará emprego a população local e impedirá que essa área se transforme em um vazadouro ilegal após o encerramento, só precisando ser esclarecido o que será feito com a população que reside nessas áreas.

⁷⁴ Minuta do projeto de Lei do Fundo de Revitalização do bairro de Jardim Gramacho disponibilizada pelo Fórum Comunitário de Jardim Gramacho.

⁷⁵ O IBASE atua no bairro a mais de 5 anos, ajudou a organização do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, já organizou um diagnóstico social sobre o bairro e ajudou na criação de grupos de discussões sobre problemas que atingem o bairro.

As ações que contemplam os catadores são as mais confusas. Em nossa pesquisa e trabalhos de campo podemos perceber que existem muitas propostas e desencontros de informações, fato que deixa os catadores completamente confusos. A situação entre os catadores é muito difícil, pois podemos distinguir dois territórios diferentes, um dos catadores cooperativados e outro dos catadores não cooperativados. Esses territórios possuem necessidades e reivindicações parecidas, mas entram em conflito por causa da desconfiança que há entre eles. Ao longo do processo de organização dos catadores alguns aderiram às cooperativas e outros não, criando uma divisão entre os catadores cooperativados e os catadores não cooperativados.

Os catadores não cooperativados acusam os cooperativados, principalmente as lideranças, de tirarem proveito financeiro em nome dos catadores. O que podemos observar é que as cooperativas criaram maneiras de manter os catadores informados dos acontecimentos sobre o aterro, mas a adesão dos catadores em eventos e reuniões é muito pequena sempre com o pretexto de que para a participação eles teriam que perder um dia de trabalho.

Mesmo com a divulgação pública da CTR- Santa Rosa e o início de sua operação em abril de 2011 alguns catadores do AMJG ainda tinham dúvidas sobre seu encerramento⁷⁶, só se convencendo, de fato, quando o número de carretas com o lixo da cidade do Rio de Janeiro começou a diminuir. Desde março de 2011 representantes dos catadores participam de reuniões com a SEA, INEA, prefeitura de Duque de Caxias, COMLURB, BNDES dentre outros atores com objetivo de traçar estratégias para a desativação do aterro. Para a participação nessas reuniões foi retirada uma comissão dos catadores não cooperativados e dos cooperativados que teriam a missão de levar as informações para serem divulgadas no interior do AMJG, e nas reuniões de catadores que ocorriam todas às terças-feiras no Pólo de Reciclagem da ACAMJ.

Como as propostas para os catadores e suas reivindicações são variadas, enumeramos cada uma e explicamos como estão as negociações até o encerramento de nossa pesquisa.

⁷⁶ Percebemos que esta dúvida exclusiva dos não cooperativados, pois as lideranças das cooperativas tem mais esclarecimento e participavam de reuniões sobre o encerramento desde o início de 2011.

Propostas:

- 1- Fundo de Participação do Catador – uma quantia de 1 milhão e 200 mil reais que será depositada por ano, durante 15 anos, pela administradora do aterro a empresa Novo Gramacho.
- 2- A empresa Ciclus liberou 180 mil reais para o treinamento de 50 catadores em uma incubadora de cooperativas e para o aluguel e estruturação de galpões para o funcionamento das cooperativas. As ONGs Guardiões do Mar e Doe seu Lixo participarão do processo treinando os catadores.
- 3- Construção de dois galpões para abrigar as cooperativas que será financiado pelo Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam).
- 4- Implantação da Coleta Seletiva no município de Duque de Caxias com a participação dos catadores, financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e o Banco do Brasil (BB).
- 5- Implantação de políticas culturais para o bairro, dentre elas a criação de um Centro de Memória dos Catadores de Gramacho, projeto elaborado pelo Ministério da Cultura.
- 6- Inclusão Emergencial dos catadores no Programa Renda Melhor do governo estadual e no Programa de Combate à Fome e à Miséria Extrema do governo federal.

Reivindicações:

- 1- Indenização por serviços prestados no aterro.
- 2- Atuação da prefeitura de Duque de Caxias junto aos grandes geradores do município para doarem seus resíduos recicláveis para os catadores.
- 3- Implantação da Coleta Seletiva no município de Duque de Caxias com a participação dos catadores.

O Fundo de Participação do Catador até o mês de outubro de 2011 estava sob responsabilidade da prefeitura de Duque de Caxias entretanto os catadores conseguiram que sua administração fosse transferida para a Caixa Econômica Federal para que ocorresse o adiantamento de todo o recurso previsto para quinze anos. O adiantamento é importante, pois possibilita sua aplicação na compra de material para as cooperativas ou a criação de uma alternativa de renda. Caberá ao Conselho Gestor do Fundo, composto por catadores, decidir de que forma o fundo será utilizado. No encerramento da pesquisa os catadores

estavam discutindo de que forma o fundo seria empregado, já havia duas diretrizes básicas traçadas uma era a aquisição de equipamentos para as cooperativas, e a outra, cursos profissionalizantes para os catadores que não queriam continuar no ramo da reciclagem, entretanto só será liberado após o encerramento por completo das atividades do aterro. Como as atividades do aterro foram diminuindo gradativamente, o fundo deveria ter sido liberado ao longo de todo o ano de 2011 para que os catadores fossem fazendo cursos de capacitação, ou estruturando as cooperativas para em 2012, quando ocorresse a desativação por completo, já estivessem encaminhados com novos empregos ou com as cooperativas estruturadas. A forma adotada só ajudou a gerar confusão e desespero, pois em dezembro de 2011 metade do lixo da cidade do Rio de Janeiro já estava sendo vazado na CTR-Santa Rosa e os catadores estavam aflitos pois o sustento de suas famílias estava ameaçado.

Outra discussão entre os catadores envolvendo o FPC era o desejo de transformá-lo em fundo indenizatório. Percebemos que muitos catadores que não queriam continuar no ramo da reciclagem reclamavam de uma indenização para que pudessem montar um negócio próprio. A indenização também seria mais coerente para os catadores mais idosos que terão muita dificuldade de se recolocarem no mercado de trabalho, mesmo após cursos de qualificação. A possibilidade de optar por indenização atenderia melhor as necessidades e desejos dos catadores.

Os catadores foram informados pelo Ministério Público que o FPC não poderia ser aplicado de outra forma que não seja para geração de alternativas de trabalho e renda e o fomento à infraestrutura e fortalecimento de cooperativas, pois esses foram os termos estabelecidos no contrato entre a COMLURB e a Novo Gramacho. A indenização por serviços prestados tornou-se uma reivindicação dos catadores que foram orientados a formalizarem uma ação conjunta e acionarem a COMLURB e as prefeituras que vazam lixo no AMJG na Justiça. Essa é uma ação que eles pretendem realizar em outro momento.

Com a aproximação do final do ano de 2011 e a diminuição do lixo no aterro, os catadores começaram a pressionar o governo estadual e o Ministério Público por uma solução, pois todos estavam com seus rendimentos muito reduzidos, foi quando o governo federal e o governo estadual propuseram incluí-los em seus programas de transferência de renda (proposta n. 6 p. 116). Em

janeiro de 2012 os catadores foram cadastrados no CAdÚnico⁷⁷ para serem incluídos em programas de transferência de renda.

Existe uma proposta capaz de dar solução para a continuidade do trabalho de alguns catadores, especialmente das cooperativas no próprio município de Duque de Caxias só que infelizmente as coisas caminham a passos lentos. Essa solução permitiria aos catadores atuarem em conjunto com a Prefeitura de Duque de Caxias na Coleta Seletiva do município, na medida em que a participação de catadores na Coleta Seletiva é contemplada e estimulada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010, sancionada em 23 de dezembro de 2010 que estabelece que os catadores devem ser integrados em todas as ações que envolvam a responsabilidade compartilhada do ciclo de vida dos produtos⁷⁸ em todos os projetos públicos e privados, e os projetos que contemplarem cooperativas ou associação de catadores de materiais recicláveis terão prioridade no acesso aos recursos disponibilizados pela União (Lei 12.305/2010 - Art. 7 e 18). A Coleta Seletiva além de trazer inúmeros benefícios para o município de Duque de Caxias contribuiria para a continuidade das cooperativas e a prefeitura ainda contaria com o financiamento do Governo Federal.

Uma reivindicação dos catadores relacionada à Coleta Seletiva no município está relacionada a atuação dos grandes geradores. Os catadores reivindicam a interferência da prefeitura junto aos grandes geradores, editando uma norma de incentivo para que esses doassem seu material reciclável para as cooperativas, como previsto no art.44 da Lei 12.305/2010. Se isso realmente ocorrer garantirá a permanência e ampliação das cooperativas de Jardim Gramacho e outras existentes no município. Os catadores fizeram as mesmas reivindicações para os municípios vizinhos a Duque de Caxias e que utilizavam o AMJG, mas ao serem informados das reivindicações e das reuniões nenhuma resposta foi dada.

A prefeitura de Duque de Caxias publicou em jornais desde fevereiro de 2011 que o projeto de Coleta Seletiva está sendo implantado e já funciona em prédios públicos com a doação do material aos catadores de Jardim Gramacho, assim como a compra de quatro caminhões que seria doado para os

⁷⁷ Cadastro Único para Programas Sociais do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome do Governo Federal.

⁷⁸ Ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final (Lei 12.305/2010 - Art.3).

catadores⁷⁹. Nenhuma dessas ações chegou às cooperativas. A Secretaria de Meio Ambiente de Duque de Caxias, já participou de algumas reuniões com os catadores no Pólo de Reciclagem da ACAMJ e continua afirmando que essas ações estão sendo realizadas.

A única proposta que vimos em fase de execução foi à proposta n.2 (p.116), com a mobilização dos catadores na procura dos galpões para serem alugados com infraestrutura adequada e o treinamento dos catadores na incubadora de cooperativas realizado pela ONG Guardiões do Mar. A proposta n.3 (p.116) de construção de galpões para as cooperativas financiado pelo Fecam e a proposta n.5 de construção de um Museu do catador não presenciamos nenhum tipo de iniciativa para sua realização.

Em nossas pesquisas de campo podemos concluir que os catadores estão organizados, unidos e pressionando as autoridades para que as propostas sejam cumpridas. Se tudo o que está sendo proposto fosse posto em prática resolveria a questão do desemprego entre os catadores cooperativados, mas essas propostas não contemplam todos os catadores. Os catadores que pertencem às cooperativas constituem uma parcela pequena frente ao total de catadores atuantes no AMJG, e de acordo com o IETS (2011, p.89) apenas 6% dos catadores não cooperativados pretendem buscar associação com as cooperativas após o encerramento do aterro, e 67% querem arrumar um emprego.

Como ficará a situação dos catadores que não querem continuar no ramo da reciclagem? De que forma esses agentes se reterritorializarão? O FPC contempla essas pessoas, que não podem aguardar o encerramento do aterro para se qualificarem profissionalmente e depois arrumarem um emprego, como sustentar suas famílias enquanto estudam? E ainda há outra questão que foi levantada pelo relatório do IETS (2011) e na pesquisa de Bastos (2008), que é a baixa escolaridade dos catadores. Essas pessoas não têm a menor possibilidade de inserção no atual mercado de trabalho, pois mesmo as atividades funcionais mais simples estão exigindo o Ensino Fundamental (nível de escolaridade de apenas 8% dos catadores). Nosso argumento ganha reforço com os dados do IETS (2011, p.70) que demonstram também o despreparo desse grupo para um mundo do trabalho cada vez mais informatizado, já que apenas 4,4% dos domicílios de catadores possuem computador sem acesso a internet.

⁷⁹ Informações retirada da reportagem “Aterro de Jardim Gramacho fecha em Dezembro de 2011” em WWW.duquedecaxias.rj.gov.br – acessada em dezembro de 2011.

Alguma coisa já deveria estar sendo feita nessa direção, principalmente para o grupo de catadores mais jovens que precisa de qualificação e escolarização para ingressar no mercado formal de trabalho. O que precisaria ser feito é um grande mutirão com instituições de cursos profissionalizantes, retirada de registro civil e a inscrição deles em escolas de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) oferecidas pelo estado e pela prefeitura, algo parecido aconteceu nas comunidades pacificadas da cidade do Rio de Janeiro ao longo de todo ano de 2010 e 2011, por que também não poderia ser feito em Jardim Gramacho?

Com a proximidade do encerramento o entorno do aterro já se transformou completamente. Visitamos uma cooperativa em novembro de 2011 e podemos ver um pouco do que irá acontecer no entorno do aterro. Andamos pela região (Rua Tocantins e na Comunidade da Chatuba) na hora do almoço, constatamos expressiva redução do número de pessoas circulando e alguns bares fechados e os que ainda funcionavam reclamavam que o movimento diminuiu muito. No mês anterior, as policias civil, militar e federal executaram a Operação Reciclagem nessa área e fecharam 31 depósitos de reciclagem que não tinham licença para funcionamento. Essa ação agravou ainda mais o quadro de tristeza da região, pois muitas pessoas estavam sem emprego o que diminuía ainda mais a freguesia no comércio. Não somente os comerciantes do entorno do aterro reclamavam da diminuição de fregueses, mas também os grandes comerciantes dos supermercados locais, o que demonstra que o encerramento do AMJG trará prejuízos para todo o bairro.

É uma grande cadeia de trabalho e renda que será desativada, prejudicando muitas pessoas e a economia que deixará de ser gerada no bairro provocará o aumento da pobreza? De acordo com os levantamentos do IETS (2011, p.81) sim, sem o AMJG os níveis de pobreza e de extrema pobreza aumentarão muito no bairro. É necessário que se crie formas de trabalho e renda para atender os catadores, mas também os outros trabalhadores não catadores que estão sendo prejudicados com o fechamento dos bares e dos depósitos. O impacto é muito maior do que podemos imaginar, podendo atingir diretamente a cadeia produtiva da reciclagem em nosso estado, com a queda de material disponível para a compra, pois sem a coleta realizada no interior do AMJG haverá uma redução de 200 toneladas diárias de material.

A desativação significará o desemprego para cerca de 20 mil pessoas que trabalham direta e indiretamente com a reciclagem. Não estamos aqui fazendo uma campanha para que o AMJG continue funcionando, isso seria

impossível e representaria a possibilidade de um desastre ambiental de grandes proporções. Os catadores ouviram do secretário de Meio Ambiente do Estado, que o aterro está com várias rachaduras e com possibilidades de desabar sobre a Baía de Guanabara e sobre o estuário do Rio Sarapuí fato que obstruiria a passagem da água nesse rio, e inundaria vários bairros da Baixada Fluminense. O problema é a forma como está sendo o processo de encerramento, já que medidas já previstas para a segurança imediata e futura dessa população não estão sendo tomadas.

O poder público ainda está fazendo muito pouco por esses trabalhadores que tanto contribuíram para o prolongamento da vida útil do aterro. Essa população precisava de mais atenção, pois com o encerramento do AMJG eles não têm possibilidade de acompanharem o lixo da cidade do Rio de Janeiro, como fizeram com os outros aterros. Esses agentes serão desterritorializados sem condições de se reterritorializarem sobre as mesmas bases, ou seja, como catadores. Estamos em um novo momento político e econômico que exige uma nova imagem para esses trabalhadores, o que falta é a maior participação das prefeituras em processos e políticas que os inclua. Da forma que as coisas estão sendo feitas o que se percebe é a manutenção dos mecanismos de exclusão social.

4.5

O novo território do lixo – CTR-Santa Rosa em Seropédica.

Como no texto de Calvino (2003) citado na p. 72 nas cidades vizinhas a terra já foi aplainada e um outro território do lixo foi construído. A escolha do local seguiu o mesmo critério dos outros territórios, ou seja, o distanciamento das áreas de maior interesse para o capital, prevalecendo uma organização espacial que favorece a pequenas parcelas da população. O Estado tem contribuído nesse processo de produção desigual do espaço através do argumento dos ganhos ambientais do novo território do lixo, dessa forma, o que se pretende é a repartição dos efeitos negativos da urbanização, como argumenta Harvey (1980, p.121):

A economia é política nesse sentido : ela permite aos homens de Estado repartir as penúrias, de modo que essa “distribuição” se realize sob as máscaras da justiça, da igualdade, da liberdade e até da fraternidade. Assim, os economistas, voluntariamente ou não, conscientemente ou não, completam os efeitos espontâneos e cegos da lei do valor: a repartição (no espaço) das forças produtivas ainda limitadas na sociedade (burguesa, capitalista). A gestão tende

ao crescimento, mas sob o controle da burguesia, dissimulando os lados negativos da situação, fazendo-os aparecer como positivos e construtivos.

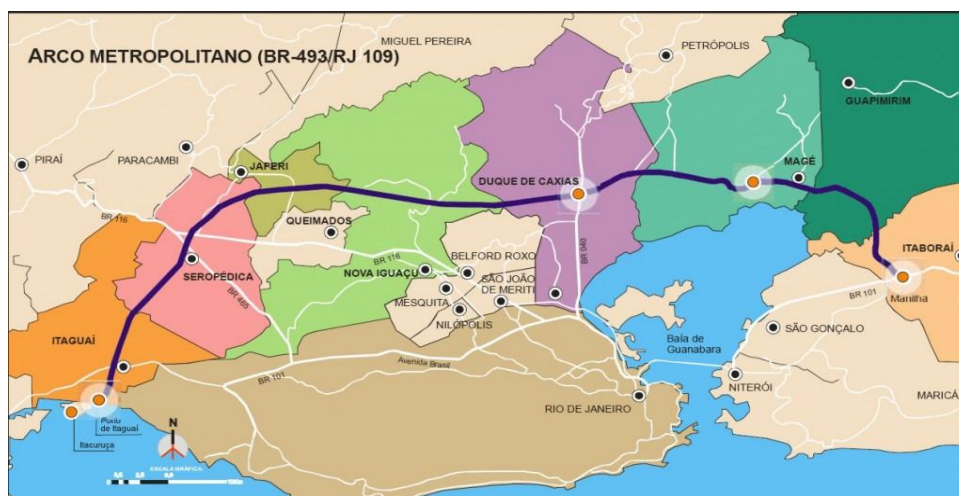
Como as decisões locacionais são políticas e econômicas a área escolhida foi o município de Seropédica, município periférico da RMRJ e pertencente à Baixada Fluminense. Seropédica emancipou-se do município de Itaguaí em 1997 possui pouca autonomia econômica, tem como atividade principal a extração de areia que causa grandes impactos ambientais na região e a presença da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que estimulou o crescimento do comércio e a prestação de serviços no município para atender professores, funcionários e alunos da universidade. A pouca diversidade econômica explica o grande índice de pobreza do município, cerca de 30 % da população que conta com 70 mil habitantes sendo 21 % em áreas rurais, um dos maiores índices da RMRJ (Lago, 2009). Essa situação pode modificar-se completamente nos próximos anos porque o município está situado próximo a um dos eixos de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro onde ocorrerão vários investimentos privados e públicos.

Com o objetivo de dar sustentação a um novo período de desenvolvimento do Estado, em especial na RMRJ, está sendo construído o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, um anel viário que cobrirá parte do entorno da RMRJ, permitindo o acesso de cargas a Província Portuária de Sepetiba⁸⁰ por toda a malha rodoviária do país, através da intersecção com cinco grandes eixos rodoviários (BR 101 - Rio/Vitória, BR 116 - Rio/Bahia, BR 040 - Rio / Belo Horizonte, BR 465 - Rio / São Paulo e BR 101 - Rio/Santos) que convergem para o Rio de Janeiro. O arco é um investimento estratégico para o Estado, uma rodovia que ligará dois importantes eixos de desenvolvimento: o eixo leste, onde está sendo construído o COMPERJ, em Itaboraí, e o eixo Sepetiba, onde se localiza a província portuária de Sepetiba (PDAM, 2011).

O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro interceptará nove municípios que são: Rio de Janeiro, Itaguaí, Seropédica, Japeri, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim e Itaboraí (ver imagem 3) que irão sofrer transformações decorrentes dos empreendimentos a serem instalados em seu entorno. O arco conta com dois empreendimentos âncora, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e a Província Portuária de Sepetiba.

⁸⁰ Conjunto de empreendimentos logísticos, associados a instalações industriais, a ser implantado em Itaguaí.

Imagem 3 – Traçado do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.



Fonte: WWW.firjan.org.br

O COMPERJ está sendo criado para suprir a demanda interna de derivados de petróleo e para intensificar sua exportação, e de acordo com estimativas da Petrobrás esse empreendimento tem capacidade de atração de cerca de 720 indústrias de transformação que irão trabalhar com a produção de plásticos, a partir de produtos do COMPERJ. A Província Portuária de Sepetiba, em que se localiza o Porto de Sepetiba, está servindo de base de escoamento para os exportadores da cadeia extrativa do minério de ferro, proveniente do Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais e de outras cargas atraindo um elenco de investimentos em instalações portuárias com terminais privados. Em conjunto com esses empreendimentos âncora há um elenco de outros empreendimentos aderentes que potencialmente podem ser agregados ao eixo de desenvolvimento do arco (PDAM, 2011).

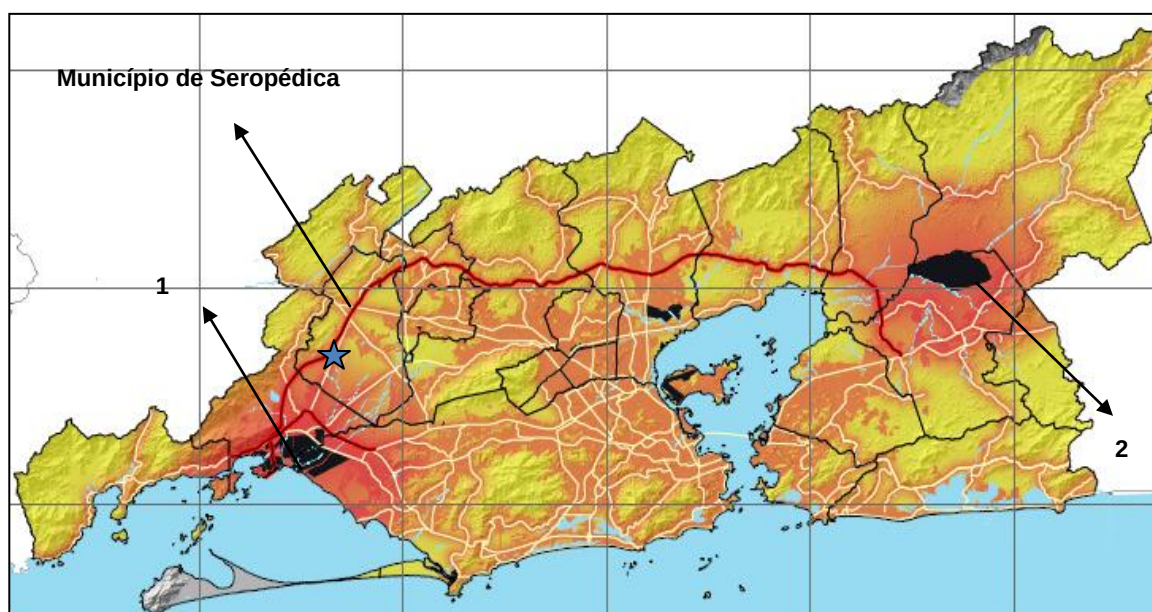
Todos esses negócios têm grande potencial de geração de renda, atração de investimentos e de população. Os novos empreendimentos contribuirão para uma reorganização territorial da população e dos investimentos, o PDAM prevê a expansão do tecido urbano nas áreas que sofrerão influência direta e indireta do arco, na imagem 4 podemos ver que ocorrerá intensa ocupação no entorno do arco e das outras rodovias que o cortam, assim como no entorno dos empreendimentos âncora. Em vários municípios essas áreas são espaços de ocupação rural ou de ocupação urbana de baixa intensidade que irão se modificar propiciando a reorientação da expansão urbana na RMRJ. Grupos de estudo e prefeituras tem se debruçado

sobre esses cenários tentando prever as transformações espaciais e se organizar para atender as demandas futuras de habitação e infraestrutura.

Na imagem 4 podemos constatar que o município de Seropédica, principalmente a vertente sul, está nas projeções de atração populacional em decorrência da probabilidade de novos investimentos atraídos pela proximidade do Porto de Sepetiba. Como uma previsão desses acontecimentos, a prefeitura criou um pólo industrial e uma zona especial de negócios que conta com incentivos fiscais para atrair novos investimentos⁸¹.

É justamente na vertente sul do município que foi criado a Central de Tratamento de Resíduos Santa Rosa (CTR- Santa Rosa), localizada próximo à Estrada de Santa Rosa no bairro de Chaperó. Uma área rural onde predominam pastagens e culturas agrícolas e, de acordo com o Plano Diretor de Seropédica, só podem ser utilizadas para fins comerciais, industriais, prestação de serviço e agrícola se estiverem atendendo as necessidades da população local (Lei 328/06, art. 133). O Arco Metropolitano passará dentro da CTR-Santa Rosa e será um dos acessos ao aterro.

Imagem 4 – Localização da CTR- Santa Rosa em relação ao Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.



Fonte: PDAM (2011)

Legenda:

- 1- Província Portuária de Sepetiba
- 2- COMPERJ
- ★ CTR – Santa Rosa

⁸¹ Informação obtida em um site oficial sobre o município, WWW.portalseropedica.com.br acessado em janeiro de 2012.

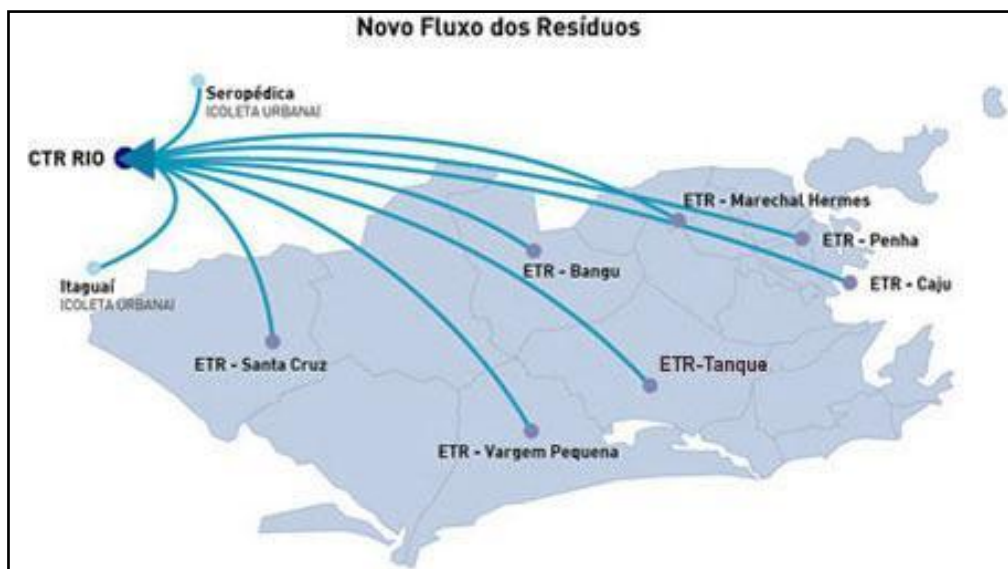
Diante desse quadro nos questionamos porque justamente no momento de projeção de expansão urbana e industrial instala-se um aterro sanitário no município? A CTR-Santa Rosa não está isolada das novas dinâmicas que se desenvolve nessa região, pois também vai atender as necessidades de deposição de resíduos indústrias que irão surgir nessa região. O EIA/RIMA (2007) esclarece que a CTR visa receber, durante 20 anos, os resíduos sólidos urbanos Classe I (perigosos)⁸² e Classe II (não perigosos)⁸³ de origem residencial, público, comercial, residencial especial (entulho, bateria, lâmpadas e pneus), industrial e lixo hospitalar, com uma capacidade diária 8000t/dia. Como que a capacidade diária do aterro pode ser de 8 mil toneladas, se somente a cidade do Rio de Janeiro já supri essa demanda. E os resíduos de Itaguaí, Seropédica e de outros municípios que vazavam no AMJG e provavelmente fecharão contrato com a CTR- Santa Rosa? A CTR já nasce com sua capacidade esgotada?

Com a criação da CTR houve uma reorganização logística do transporte de resíduos da cidade, mudança necessária para estabelecer a nova rota do lixo. A imagem 5 demonstra que em alguns bairros os caminhões de lixo terão que percorrer um longo percurso atravessando parte da cidade, são 8 mil toneladas de resíduos que atravessará a cidade todos os dias. A principal rota dos caminhões será pela Avenida Brasil, via de grande fluxo diário de veículos e congestionada constantemente, aumentará muito a pressão de caminhões nessa via e os congestionamentos podem acarretar problemas para a dinâmica da limpeza urbana. Junto com a CTR está previsto a criação de Estações de Transferência de Resíduos (ETRs), consistem em uma operação logística de recebimento e transferência que ocorrerá em sete pontos estrategicamente distribuídos pela cidade, nas ETRs ocorrerá a transferência dos resíduos para veículos com maior capacidade de transporte, melhorando assim as condições de tráfego nas vias públicas. Algumas ETRs ainda estão em construção.

⁸² São aqueles que, em função de suas características intrínsecas de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade ou patogenicidade, apresentam riscos à saúde pública através do aumento da mortalidade ou da morbidade, ou ainda provocam efeitos adversos ao meio ambiente quando manuseados ou dispostos de forma inadequada (Penido, 2001, p.37).

⁸³ São os resíduos que podem apresentar características de combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade, com possibilidade de acarretar riscos à saúde ou ao meio ambiente, não se enquadrando nas classificações de resíduos Classe I – Perigosos – ou Classe III – Inertes (Penido, 2011, p.37).

Imagem 5 – Estações de Transferência de Resíduos (ETRs) na cidade do Rio de Janeiro e Fluxo dos Resíduos



Fonte: www.ciclusambiental.com.br, acessado em fevereiro de 2012.

A Comlurb também apresentou uma proposta de ampliação da Coleta Seletiva na cidade. Para este programa seriam criados seis galpões de reciclagem divididos entre as Áreas de Planejamento da cidade, os galpões seriam administrados por cooperativas⁸⁴. O projeto contaria com financiamento do BNDES e tem como objetivo recuperar apenas 5 % do material reciclável gerado na cidade. Esse projeto até o momento não saiu do papel e foi fortemente criticado pelos catadores em diversos pontos: primeiro, pelo não esclarecimento de como as cooperativas participariam e segundo, as cooperativas que se desenvolveram no AMJG e as cooperativas existentes na cidade do Rio de Janeiro reivindicam a participação na coleta seletiva (como está previsto em lei) ao invés de ocuparem um desses galpões.

Como nada ainda foi feito em relação a Coleta Seletiva os materiais recicláveis que antes eram selecionados pelos catadores no interior do AMJG estão sendo enterrados na CTR. Os catadores do AMJG em visita as instalações da CTR ficaram indignados quando viram todo o material reciclável sendo enterrado. Em pleno século XXI onde já ficou mais do que provado os benefícios ambientais e financeiros da reciclagem a cidade do Rio de Janeiro ainda está enterrando seu lixo.

⁸⁴ O projeto não faz nenhum esclarecimento sobre quais cooperativas administrariam os galpões ou como será o processo de escolha.

Como se não bastasse todos esses problemas e incoerências, a CTR- Santa Rosa é alvo de críticas constantes e bastantes contundentes dos professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). As críticas abordam vários pontos discordantes do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) / Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de 2007 e sua complementação publicada em 2009. Entre as críticas estão: o não esclarecimento da capacidade de recebimento diária de resíduos pela CTR, pois cada um dos documentos apresenta volumes diferentes; o não esclarecimento da capacidade de recebimento dos Resíduos Industriais; o recebimento de resíduos sólidos industriais como está determinado, fere a Diretriz de Destinação de Resíduos que estabelece que esse tipo de resíduo só pode ser acondicionado a mil metros de distância de casas, vilas, hospitais e comércio, e a CTR está a menos de 1 km dessas construções; o não mapeamento e nem estabelecimento de medidas compensatórias por atingir áreas de proteção permanente; o não esclarecimento técnico sobre a captação de chorume; o não detalhamento da fauna atingida e não especificação de medidas compensatórias por atingir áreas de brejo, entre outras críticas (GATE, 2009). Uma das críticas que mais tem causado polêmica, principalmente entre a população, é o fato de a CTR- Santa Rosa ter sido construída sobre o Aquífero Piranema, pois:

[...] é formado por uma planície de inundação constituída de areais inconsolidados, com pacotes de espessuras de até 20 metros e com elevados níveis de argila. Representa uma dos três aquíferos mais importantes do Estado. Possui reservas renováveis estimadas de 1,6 m³/s, suficiente para abastecer 140.000 famílias. Estas características vêm reforçar a importância do Aquífero Piranema não só pelo seu estoque de areia, mas também pelo seu elevado volume de água. Essa água encontra-se com alta vulnerabilidade à contaminação, em função da elevada altura do lençol freático, variando de 2,5 a 7 m, justificando a necessidade de intervenção antrópica para a recuperação das áreas degradadas. (Erthal ,2005 apud Ferreira, 2007,p.6)

Esta localização contraria a Política Estadual de Recursos Hídricos que proíbe a criação de aterros sanitários ou depósitos de lixo às margens de rios, lagoas, lagunas, manguezais ou mananciais, assim como as Diretrizes de Destinação de Resíduos. Além de contrariar normas ambientais estaduais e federais o EIA/RIMA não esclarece pontos importantes para evitar um desastre ambiental e a exposição das pessoas como: o não detalhamento sobre as intervenções nos cursos d'água superficiais e subterrâneo e a desinformação no EIA/RIMA de que a área de instalação do aterro está sob um aquífero e a importância desse para a região.

Em um momento histórico onde a grande discussão é a poluição dos corpos hídricos e a escassez de água potável, o poder público nas mais diferentes instâncias permite a construção de um aterro em uma área de importância estratégica para o Estado, desconsiderando todas as críticas e manifestações de pessoas que têm condições técnicas para fazer essa avaliação. O poder público passou por cima de tudo e de todos e levou à frente esse projeto que já está em funcionamento. É claro que a empresa Ciclus, operadora do aterro se defendeu das acusações e para evitar problemas no aquífero recobre o solo com uma manta impermeável dupla e se mesmo assim o chorume se vazou para o aquífero? Podemos colocar em risco um reservatório de água doce somente porque os governantes da cidade do Rio de Janeiro não tem responsabilidade com seu lixo? E será que todas as tecnologias de ponta divulgadas no EIA/RIMA realmente estarão em funcionamento no aterro?

Em visita ao CTR – Santa Rosa em maio de 2011, um mês após o aterro ter entrado em funcionamento, os professores da UFRJ, representante da Câmara de Vereadores e Câmara Técnica do Aquífero Piranema encontraram várias irregularidades como:

- Uma lagoa de chorume construída provisoriamente a céu aberto, devido a falta de uma estação de tratamento, como previa o projeto
- Deposição do lixo sem a devida cobertura de camadas de barro (saibro);
- Obra inacabada de fase 1 do aterro, sem o fechamento adequado da célula, onde as mantas de proteção se encontram expostas e solapadas;
- O sistema de monitoramento eletrônico, dito por eles importado dos Estados Unidos, não estava funcionando – caracterizando total descaso com o monitoramento do vazamento de chorume;
- Abastecimento irregular de carros pipas em lagoa perene, localizada no empreendimento para a umidificação do solo; (Marques, 2011)

As atividades do aterro começam com inúmeras irregularidades que podem causar grandes problemas ambientais que atingirão diretamente a população do entorno composta, principalmente, por pequenos agricultores e população de baixa renda. Este equipamento foi criado para atender a demandas produzidas em outra cidade e imposto a essa população. Essa é mais uma maneira de obter vantagens renda impondo equipamentos poluidores a parcelas mais vulneráveis da população. Será que os problemas apontados pelos professores da UFRJ serão corrigidos ou teremos mais um grande equipamento poluidor que ao invés de poluir a Baía de Guanabara irá destruir a já poluída Baía de Sepetiba.

A presença de território do lixo atinge diretamente a existência desses moradores em todos os aspectos de sua vida desde as questões relacionadas à saúde até as questões relacionadas ao valor de sua propriedade. O pobre e,

consequentemente, o que tem mais dificuldade de mobilidade não tem como fugir dos efeitos advindos desse equipamento. Os moradores do bairro de Chaperó, sofrem com a presença da CTR desde quando começou a ser construindo e nos últimos meses só piorou, foram divulgados em diferentes veículos de comunicação a reclamação de moradores sobre a poeira levantada pelos caminhões, o mau cheiro trazido pelas carretas e as ruas constantemente esburacadas devido ao fluxo de caminhões.

A organização espacial de uma cidade capitalista obedece às regras de valorização diferenciada dos espaços. O poder público, representante do bem comum, reparte as penúrias de modo que ela aconteça sobre as mascaras da justiça social e sobre o discurso de melhorias ambientais, sanitárias e sociais. Os espaços utilizados como território do lixo nos mostram que independente do contexto histórico, o que prevalece é a visão do espaço enquanto mercadoria que favorece os mais ricos em detrimento do pobre.